



**DEBORAH CRISTINA DONATO DE OLIVEIRA**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA  
PRISIONAL(MODALIDADE EJA): DESAFIOS E  
(IM)PERTINÊNCIAS.**

**LAVRAS - MG  
2022**

**DEBORAH CRISTINA DONATO DE OLIVEIRA**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA PRISIONAL(MODALIDADE EJA):  
DESAFIOS E (IM)PERTINÊNCIAS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Educação Física para a obtenção do título de Licenciada.

**Prof. Dr. KLEBER TUXEN CARNEIRO AZEVEDO**

Orientador

**LAVRAS – MG  
2022**

**DEBORAH CRISTINA DONATO DE OLIVEIRA**

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA PRISIONAL(MODALIDADE EJA):  
DESAFIOS E (IM)PERTINÊNCIAS.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Educação Física para a obtenção do título de Licenciada.

APROVADA EM: 08 de Novembro de 2022.

Prof. Dr. Fabio Pinto Gonçalves Dos Reis - UFLA

Prof. Dr. KLEBER TUXEN CARNEIRO AZEVEDO

Orientador

**LAVRAS – MG  
2022**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me honrou em todos os momentos.

Agradeço a mim, por não ter desistido e ter me superado a cada dia.

Agradeço a minha família, Denis e amigos por entenderem a minha ausência e falta de atenção em diversos momentos.

Agradeço ao meu orientador professor Kleber, que acolheu minha proposta de TCC desde o início, acreditou em mim, chamou a minha atenção e me fez sentir capaz de fazer o meu melhor sempre. Não poderia ter escolhido outro professor!

Agradeço a professora Regiane, por todo ensinamento.

Agradeço a minha psicóloga Carmem por me ajudar durante toda essa trajetória.

**Gratidão.**

## RESUMO

O trabalho docente em escolas prisionais é algo pouco discutido e divulgado, principalmente por professores de Educação Física. Por isso, este estudo visa compreender o modo com o qual os professores de Educação Física organizam e desenvolvem o trabalho pedagógico em escolas prisionais. Dessa forma, pretende identificar quais são os dilemas e desafios para o ensino da Educação Física nesse ambiente e analisar suas (im)pertinências. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com desenho exploratório, valendo-se de entrevistas semiestruturada, realizada com duas professoras de Educação Física as quais atuaram em escola prisional durante um período de sua experiência profissional. Inicialmente, o primeiro desafio apresentado está relacionado à formação das entrevistadas, pois tanto P01 como P02, em suas graduações, não tiveram informações a respeito da educação escolar prisional, e que apenas P02 em sua segunda graduação em Pedagogia, teve disciplina relacionada à EJA. O estudo revela divergências em relação às concepções de Educação Física entre as docentes pesquisadas, tendo em vista que, P01 limita a Educação Física ao esporte e P02 a define como espaço de formação humana. Com este trabalho, pudemos compreender, em alguma medida, elementos sobre a organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física no sistema prisional, constatando diversos desafios e (im)pertinências, muitas delas diferem das averiguadas nas escolas regulares, haja vista a atuação desses docentes ocorrer em ambientes pequenos, limitados e com poucas possibilidades de trabalho, demandando uma maior inventividade e enfrentamentos para o desenvolvimento da prática pedagógica, sendo necessário adaptar quase todas as propostas, em virtude de inúmeros fatores internos e externos a sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação Física, EJA, Escola prisional, Desafios, (Im)pertinências.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1. EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Sistema Prisional.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1.2. A Educação Física no contexto da EJA prisional .....</b>	<b>20</b>
<b>3.2. PRÁTICA PEDAGÓGICA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2.1. Prática pedagógica no viés da práxis.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2.2. Prática pedagógica do professor de Educação Física.....</b>	<b>28</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao ingressar na carreira de agente penitenciário do Estado de Minas Gerais, os conceitos e informações conhecidas sobre o sistema prisional foram modificados e acrescentados ao longo de quatro anos, a princípio o que importava era somente a segurança do ambiente e daqueles que se encontrariam presentes nele, tanto funcionários como indivíduos privados de liberdade.

Neste contexto, mesmo sendo um ambiente escuro, com pouca ventilação, celas lotadas, insalubre, e sem muita perspectiva de melhoria, foi observado o quanto o sistema prisional tenta praticar a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, tomando atitudes como palestras, cursos, oficinas de leitura, atendimentos psicossociais, empregos, saídas temporárias, entre outras. Antes disso, o mais comum era pensar somente em procedimentos de segurança, escoltas, rebeliões, não existia a ressocialização, somente a prisão e punição.

Ao iniciar a graduação em Educação Física, muitos desses pensamentos foram se modificando gradativamente, com isso, a visão geral sobre o sistema prisional também. Principalmente em se tratando das aulas de Educação Física dentro de uma escola prisional, despertando grande curiosidade e o interesse em pesquisar sobre essa área.

Trata-se de um interesse epistemológico decorrente num primeiro momento, pelo fato da Educação Física em uma unidade prisional ser concebida enquanto uma simples prática (ou exercício) física, executada na maioria das vezes nos horários de “banho de sol”. Dessa maneira, as aulas dentro das salas/celas de aula nos estabelecimentos prisionais, não são reconhecidas de acordo com sua finalidade formativa principal, mas considerada como horário de descanso e lazer pelos reeducandos. Assim, segundo Oliveira (2019), a Educação Física encaixa-se dentro do contexto do lazer e não é tratada como uma atividade formativa. Para Betti (2013), a Educação Física na escola refere-se a um componente curricular, o qual tem por finalidade “(...) formar o cidadão que possa usufruir, compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais do exercício da motricidade humana” (BETTI, 2013, p. 64).

Dessa forma, conforme revelaram as entrevistadas, ratificando o indicado na escassa literatura científica relativa ao tema, observa-se que os desafios se iniciam a partir da formação dos professores, momento pelo qual não foram mencionadas as

possibilidades de realização das atividades docentes no ambiente prisional e tão pouco sobre a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos prisional.

Além do exposto têm-se outras dificuldades para a realização das aulas de Educação Física. Custódio (2018) relata que os professores de Educação Física encontram diversas restrições como: as regras que impedem a utilização de determinados materiais, professores levados a atuarem em escolas prisionais por motivos alheios à sua vontade, a precária infraestrutura física das escolas prisionais e a grande limitação de espaço para a realização de suas aulas.

Embora existam muitos desafios para a realização da prática pedagógica nas unidades prisionais, encontram-se algumas frestas para que os professores de Educação Física consigam desenvolver seu trabalho e adaptar atividades relacionadas a modalidades esportivas, jogos coletivos, individuais, jogos de tabuleiro, consciência corporal e ambiental. Diante de um cenário de adversidades, o reaproveitamento de materiais existentes na escola prisional, torna-se uma saída verossímil para a construção das ferramentas a serem utilizadas nas aulas, como por exemplo: confecção de petecas, usando revistas e jornais antigos, dentro das salas/celas. Sendo assim, o professor de acordo com sua prática pedagógica não tendo outras opções dentro do contexto prisional, há necessidade de adaptar e organizar sua aula em torno de suas intencionalidades.

À vista do exposto, em termos gerais, este estudo visa compreender o modo com o qual os professores de Educação Física organizam e desenvolvem o trabalho pedagógico no sistema prisional. No plano dos objetivos específicos pretende identificar quais são os dilemas e desafios para o ensino da Educação Física nesse ambiente, ao passo de cotejar suas (im)pertinências.

O interesse pela realização de um trabalho envolvendo o sistema prisional e a Educação Física se deu a partir da experiência profissional dentro de um presídio, a qual coadunei com o primeiro período de graduação em Educação Física (licenciatura), durante os plantões na escola prisional. Inserida nele pude observar e conhecer um pouco sobre o funcionamento desse espaço educacional, notadamente no que tange às aulas de Educação Física.

Contudo, não diz respeito a um interesse pessoal tão somente, haja vista que a prática pedagógica da Educação Física nas unidades prisionais não atrai o interesse dos/as acadêmicos/as, não sendo um assunto muito divulgado e discutido na formação dos professores (de Educação Física) nas universidades, muitos nem sabem da

existência dessa disciplina como componente curricular obrigatório nas escolas no sistema prisional, cuja educação básica é ofertada na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), para indivíduos jovens ou adultos privados de liberdade, os quais, por algum motivo, não conseguiram frequentar e terminar seus estudos, conforme evidenciou o estudo de Oliveira (2019), ao revelar a falta de interesse dos/as acadêmicos/as da subárea de Educação Física para a educação prisional.

Trata-se de um mote cujo interesse de pesquisa (e debate) desperta pouco no âmbito da Educação Física, razão pela qual resolvemos empreender esse trabalho investigativo, de modo a refletir quanto aos processos formativos fomentados num espaço por natureza marginalizado – no sentido literal do termo –, com efeito, possa se somar a outros estudos os quais lance luz ao contexto em tela, conseqüentemente permita ser melhor compreendido no interior da subárea e a sociedade de modo geral. Ademais, encoraje docentes e discentes para as questões relativas ao ensino neste espaço social. Aliás, muitos sequer acreditam no potencial formativo (por efeito ressocializador) da educação em pessoas que por algum motivo estão privadas de sua liberdade, mas que por lei possuem seus direitos à educação garantida.

Dessa forma, em primeiro momento temos o percurso metodológico da pesquisa, ocasião em que explicamos a natureza qualitativa de nosso estudo e seu desenho exploratório, a partir de uma entrevista formalizada/estruturada com duas professoras de Educação Física que atuaram em escolas prisionais por algum tempo. Após as entrevistas trabalhamos com a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1977), consiste numa técnica de análise de dados qualitativos, seguindo suas três etapas que são: A pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Em seguida, apresenta-se o referencial teórico a respeito da “Educação no sistema prisional”, contextualizando o cenário segundo o entendimento das diretrizes ou leis que regem a educação no sistema prisional, falaremos sobre a EJA modalidade de ensino ofertada nesse ambiente escolar e sobre Educação Física no contexto da EJA prisional.

Igualmente se arrazoa quanto ao entendimento de prática pedagógica e algumas de suas características, o conceito de práxis, a prática pedagógica e a prática pedagógica do professor de Educação Física, suas características e importância no processo de ensino/aprendizagem.

Em terceiro momento apresentamos os dados cotejados e as correlações cujos mesmos nos permitiram formular, sendo assim, a entrevista foi dividida em três eixos principais, o primeiro eixo relativo aos dados pessoais e profissionais, consiste em apresentar as pesquisadas enfatizando as repercussões dos dados pessoais para a formação professoral. O segundo eixo relacionado às experiências profissionais, as entrevistadas descrevem suas experiências profissionais, sejam elas em escolas públicas ou privadas, tempo de docência, quais etapas de ensino já lecionaram, como surgiu o interesse em trabalhar com a EJA em escolas prisionais, sensações ao adentrar em uma sala prisional, tempo de trabalho na unidade prisional, forma de ingresso na escola prisional. Já o terceiro eixo trata de questões relacionadas ao trabalho pedagógico no Sistema prisional, nele as entrevistadas discorrem quanto à organização e estrutura do trabalho pedagógico no sistema prisional.

Por fim, em quarto momento se tem a considerações finais, quando expomos nossas impressões relativas ao cenário investigado.

## 2. METODOLOGIA

A abordagem qualitativa segundo Minayo (2012) tem como verbo principal o compreender (o significado dos fenômenos), e nesta pesquisa buscamos compreender a organização do trabalho pedagógico do professor de educação física no sistema prisional: desafios e (im)pertinências.

Para melhor compreensão sobre a análise qualitativa Minayo (2012, p.622), apresenta dez características para facilitar a compreensão sobre a análise qualitativa, que resumidamente são as seguintes: conhecer os termos estruturantes das pesquisas qualitativas; definir o objeto sob a forma de uma pergunta ou de uma sentença problematizadora e teorizá-lo; delinear as estratégias de campo; dirigir-se informalmente ao cenário de pesquisa; busca observar os processos que nele ocorrem; ir a campo munido de teoria e hipóteses, mas aberto para questioná-las; ordenar e organizar o material secundário e o material empírico e impregnar-se das informações e observações de campo; construir a tipificação do material recolhido no campo e fazer a transição entre a empiria e a elaboração teórica; exercitar a interpretação de segunda ordem; produzir um texto ao mesmo tempo fiel aos achados do campo, contextualizado e acessível e assegurar os critérios de fidedignidade e de validade.

Além disso, discorre que a partir de “análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico”.

Já de acordo com Yin (2006, p.3), a análise qualitativa é “diferente de outros métodos das ciências sociais, praticamente todo acontecimento da vida real pode ser objeto de um estudo qualitativo” e o autor ainda defende que a pesquisa qualitativa possui cinco características bem como algumas práticas de pesquisas comuns, que ao se juntarem formam a pesquisa qualitativa, que considera ser uma área ampla. Sendo as seguintes características:

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os participantes<sup>2</sup>) de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano;
- e 5. esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

Ainda com Yin (2006), ao tentar enquadrar um trabalho nessas cinco características sendo realizada uma real prática de pesquisa, considera a pesquisa qualitativa como uma oportunidade de desenvolver outros novos conceitos, as práticas decorrem das características listadas abaixo, sendo: usar delineamentos de pesquisa flexíveis no lugar de fixos, coletar dados “de campo” capturando condições contextuais, realizar análise de dados não numéricos e interpretar os resultados de um estudo qualitativo. A pesquisa qualitativa não segue um único modelo. Seguindo a sequência de reflexão do referido autor, a pesquisa qualitativa busca coletar, integrar e apresentar dados coletados de diversas fontes de evidência, sendo as conclusões do estudo baseadas na triangulação dos dados retirados de várias fontes, aumentando a confiabilidade e credibilidade do estudo.

Contudo sobre este trabalho, sendo uma pesquisa com desenho exploratório segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória é aquela que tem a intenção de proporcionar mais intimidade com um problema pouco explorado, o tornando mais explícito ou construindo hipóteses sobre o tema, é uma pesquisa com planejamento mais flexível, e sua coleta de dados pode acontecer de diversas formas como por levantamento bibliográfico, as quais são mais comuns, valendo-se de diversas fontes bibliográficas encontradas sobre o tema, pelas entrevistas que ajudam na descoberta do assunto a partir de uma experiência já vivenciada por uma pessoa e pela análise de exemplos que auxiliam na compreensão do assunto estudado pelo pesquisador.

Em termos de procedimento para erigir os dados realizou-se entrevistas, haja vista figurarem como instrumento básico para coleta de dados em estudos sob orientação qualitativa. Não incorreríamos em nenhum exagero afirmar cujo momento do diálogo com as entrevistadas corresponder ao apogeu de uma pesquisa assentada segundo os pressupostos qualitativos, com desenho exploratório (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). A propósito, são três as classificações desse instrumento: estruturada (fechada); semiestruturada (dirigida, conquanto com abertura para novas questões eclodirem ao longo do diálogo); ou não estruturadas (abertas), consoante a (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Em nosso estudo optamos por entrevistas semiestruturadas, conferindo, com isso, abertura para novas questões ao longo do diálogo, se porventura julgarmos pertinente (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). O público pesquisado consistiu-se em duas professoras de Educação Física. Os critérios para seleção das pesquisadas

foram os seguintes: ser licenciada em Educação Física; já ter ou estar atuando na educação prisional.

Para formular as categorias analíticas e analisar os dados erigidos empregaremos à técnica de Análise do Conteúdo, a qual será detalhada na continuidade. Segundo Bardin (1977), refere-se a uma técnica de análise de dados qualitativos, seguindo três etapas: A pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Sendo cuja pré-análise corresponde a “fase de organização propriamente dita” e “tem como objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p.95). Nesta primeira fase, existem três principais missões, a saber, “a *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objectivos* e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (Ibidem, 1977, p. 95)

Em seguida, tem-se segunda fase, denominada exploração de material, que de acordo com Bardin (1977, p.101), é longa e fastidiosa e “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função das regras previamente formuladas”. Assim, dentro desta fase contamos com as etapas de codificação e categorização do material. Sendo que a codificação,

“corresponde a uma transformação - efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformando esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, eu podem servir de índices...”.

E a categorização que é definida pela autora como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p.117), possui como objetivo fornecer, por intermédio de condensação, uma representação de maneira simplificada dos dados bruto.

Por fim, a terceira fase, consiste no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, e segundo Bardin (1977, p. 101) “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos”. E assim “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar

interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

Na continuidade exporemos o quadro teórico sobre o qual se fundamentou o estudo.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL**

Neste tópico vamos compreender como é a educação escolar atrás das grades, quais as diretrizes ou leis que regem a educação no sistema prisional, e qual a modalidade de ensino ofertada nesse ambiente escolar.

Com isso, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo nº 26, a educação é tratada como direito a todos os cidadãos, sem distinção, sendo gratuita pelo menos nos primeiros graus de formação elementar e fundamental. (BRASIL, 1948).

Assim, de acordo com Brasil (1988), a educação é um direito social, previsto a todos, inclusive para a população que se encontra privada de liberdade.

E em seu artigo 205 define que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Além disso, podemos contar com a Lei de Execução Penal - A Lei nº 7.210 de 1984, referente à Execução Penal Brasileira, conhecida também como LEP, estabelece a educação escolar no ambiente prisional em seus artigos 17, 18 e 21. Em seu artigo 17, temos que a assistência educacional abrangerá a instrução escolar e também a formação profissional do indivíduo. No artigo 18, é determinado que o ensino fundamental, seja obrigatório e integrado ao sistema escolar. É por fim em seu artigo 21, estabelece a implantação de bibliotecas em unidades prisionais, para uso de todos os reclusos e de seus professores, deve conter livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 1984)

Contudo, a Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, que trata sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça do Brasil, que reconhecem a educação escolar nas unidades prisionais, porém foi ratificada pelo Ministério da Educação do Brasil. (BRASIL, 2009)

Destaca-se ainda a Resolução nº 02 do CNE de 2010, a qual regulamenta as diretrizes nacionais para a oferta da educação em estabelecimentos penais, tornando obrigatório em todos os estados da federação a construção de Planos Estaduais de Educação nas Prisões (PEEP), dessa forma surge o Projeto Político Pedagógico, doravante (PPP), que auxilia tanto os gestores, professores, como também funcionários da escola, alunos e seus familiares, tentando gerar uma maior aproximação de todos,

mesmo sendo um ambiente diferente do convencional, as escolas em ambientes prisionais também devem construir seu PPP. (BRASIL, 2010)

Neste contexto de acordo com o decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011, a qual define em seus artigos que o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional (PEESP doravante) objetiva ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, os quais o PEESP irá contemplar a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.

E em seu art. 3º possui as seguintes diretrizes:

I - promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação; II - integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal; e III - fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe. Parágrafo único. Na aplicação do disposto neste Decreto serão observadas as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (BRASIL, 2011)

Temos ainda, a aprovação do Plano Nacional de Educação, um fator muito importante para a educação no sistema prisional, surge à lei nº 10.172, a qual trata da modalidade de educação de jovens e adultos nas unidades prisionais, definindo como um dos objetivos e metas para o EJA.

Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional, contemplando para esta clientela as metas nº5 e nº14 (BRASIL, 2001).

Por fim, a lei nº 12.433/2011, regulamenta aos reclusos à oportunidade de terminar seus estudos, e conseguir também a diminuição nos dias de sua pena, chamada de remição por estudo, que é contabilizada a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, 1 (um) dia a menos de pena, isso para indivíduos condenados em regime fechado ou semiaberto.(BRASIL, 2011)

### **3.1.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Sistema Prisional**

A educação de jovens e adultos no Brasil teve seu início nos tempos coloniais, quando os jesuítas exerciam ações educativas missionárias com adultos. Para Martins e Agliardi (2013, p.2), “O ensino dos jesuítas tinha como fim não apenas a transmissão de conhecimentos científicos, escolares, mas a propagação da fé cristã”. A partir disso, após algumas décadas, a Constituição Brasileira de 1824, garantia que em seu artigo

179, nº XXXII a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. E com o passar do tempo à educação foi adquirindo espaço e assim gerando diversas legislações a seu favor.

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 5.692/71), implantou o ensino supletivo, que era uma alternativa para aqueles que não conseguiram terminar seus estudos em tempo hábil, porém em 1967 o governo federal já havia organizado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que teve início com a campanha nacional de alfabetização e de educação continuada para jovens e adultos.

Contudo, após alguns anos o ensino supletivo em seu capítulo próprio na LDBEN n.º 5.692/71, estabelecia que esse ensino fosse destinado a “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tinham seguido ou concluído na idade própria”. Podendo ser ministrado a distância, por correspondência ou por outros meios adequados, considerando a necessidade de adequar o ensino supletivo ao aluno, ganhando uma grande flexibilidade curricular. O que geraria espaço para uma nova modalidade de ensino de jovens e adultos a EJA.

De e Viviane (2017), fazem um breve relato sobre a história em torno da EJA, no Brasil, considerando a importante participação de Paulo Freire na criação desta modalidade de ensino. Em que o surgimento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), em 1945, foi um estímulo e tanto para a implantação dos programas nacionais de educação de adultos analfabetos de todo o mundo.

Os autores em questão discorrem que em 1947, ocorreu o I Congresso de educação de adultos, que marcou o início da Campanha de educação de adultos analfabetos (CEAA), que foi realizada pelo Ministério da educação e saúde, com a intenção de promover uma “educação de base” ou uma “educação fundamental comum” a todos os brasileiros.

Neste mesmo ano aludem a criação do Serviço de Educação de Adultos, doravante (SEA), que possuía um papel importante na mudança do lugar da educação de adultos no Brasil, a SEA orientava e coordenava os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para jovens e adultos analfabetos. Foi então no II Congresso de educação de adultos em 1958, que Paulo Freire, adquiriu grande visibilidade ao apresentar seu relatório sobre o analfabetismo para a Agenda Nacional.

Segundo De e Viviane (2017) as críticas de Freire levaram a uma nova visão sobre o processo educacional, em que, a educação deveria se relacionar com a vida

concreta, o desenvolvimento e a formação da nacionalidade e com a participação democrática. Seguindo a esteira historiográfica em perspectiva, entre 1985 e 1990 foram apoiados os programas de EJA, e assim, manteve-se uma estrutura nacional de pesquisa e produção de material didático, na década de 1980, foi marcada pela retomada dos projetos e pesquisas voltados para a alfabetização de jovens e adultos. Assim, em 1988, foi obtida a principal conquista pelos movimentos populares e pela sociedade civil, que foi a garantia do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independente da idade. E com isso, a EJA foi recolocada no sistema educacional brasileiro, após alguns conflitos, e assim passou a ser reconhecida por vários outros países.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB n.º 1/2000, a EJA é definida como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, sendo considerada como uma nova oportunidade para que os adultos voltassem à escola, e assim pudessem desenvolver sua autonomia e pensamento crítico. Essa nova modalidade atenderia principalmente as populações menos favorecidas, que por diversos fatores não conseguiram terminar seus estudos.

Concordando com o exposto acima, Andrade (2004), considera a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade educativa direcionada, para os setores mais vulneráveis, do ponto de vista socioeconômico, que carregam marcas profundas causadas pela desigualdade das oportunidades sociais e educativa. Dessa maneira, Martins e Agliardi (2013, p.2), consideram que “alfabetizar pessoas jovens e adultas não é um ato apenas de ensino – aprendizagem é a construção de uma perspectiva de mudança”. Que pode se dar de várias formas, principalmente em indivíduos privados de liberdade.

Para Siqueira e Guidotti (2017), a Educação de jovens e adultos corresponde a algo voltado para a garantia de formação integral e alfabetização nas diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive para indivíduos privados de liberdade, sendo que essa modalidade é pautada na inclusão e qualidade social, requerendo um modelo pedagógico que permita a contextualização e a apropriação das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, a educação oferecida aos discentes privados de liberdade em unidades prisionais é diferente da praticada em escolas extramuros. As escolas em ambientes

prisionais buscam por meio da escolarização, além do aumento da escolaridade, a reinserção à sociedade, desses discentes.

Além disso, a escola na prisão cumpre um papel formador e possui uma relação entre o ensinar e o aprender, em que o professor deixa de ser apenas uma pessoa distante e começa de forma mais consciente auxiliar e facilitar o desenvolvimento, maturidade pessoal e conseqüentemente o processo de reinserção dos indivíduos privados de liberdade na sociedade. (ROSENAU, 2018).

Consoante a Ireland (2011, p.13) a educação em prisões diz respeito à “parte integrante da educação de adultos é importante politicamente para reforçar políticas públicas e por ser parte de um movimento que tem potencial de trazer benefícios mais amplos.” De acordo com o autor, a EJA no sistema prisional é diferente e não está ligada somente à escolarização, e sim a outras educações, outros contextos e outras práticas, de forma, que o recluso possa ter acesso a todo tipo de conhecimento.

Nesse viés, Maeyer (2006, p.22), considera cuja EJA no sistema prisional esteja fundamentada na concepção de educação como direito garantido e inalienável a todos os cidadãos de acordo com as legislações vigentes. Donde, acredita-se que a educação não está somente relacionada ao ensino de conteúdos culturais e científicos, como também a vários outros conteúdos e processos pedagógicos, de modo que os indivíduos privados de liberdade consigam interpretar sua “realidade e entendam as causas e conseqüências dos atos que os levaram à prisão.” Maeyer (2013, p.39), ainda explana que a “especificidade da educação em espaços prisionais será sem dúvida ajudar o detento a identificar e hierarquizar as aprendizagens para lhes dar um sentido [...]”.

Em sua fala Julião (2011, p.149) concorda que a EJA nas unidades prisionais seja um direito, e não um benefício para quem se adaptar melhor à prisão. Entende que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos nesse ambiente seja “possibilitar a reinserção social do apenado e, principalmente, garantir a sua plena cidadania”, subsidiada por uma educação geral e profissional, em uma concepção ressocializadora, e não como um processo pedagógico de ocupação do tempo disponível do recluso.

Dessa forma, para o referido autor a educação prisional é considerada um tipo de socioeducação no interior de uma instituição prisional e possui uma função ressocializadora. Com isso, entende-se que a educação prisional possa somar esforços com a educação escolar e profissional, sendo uma “proposta político-pedagógica orientada na socioeducação, cujo objetivo seja preparar o apenado para o convívio social”. Segundo esse autor a educação prisional possui um papel decisivo na elevação

da escolarização e conscientização crítica do indivíduo privado de liberdade, podendo possibilitar mudanças em seu comportamento ainda na prisão, além de uma melhor perspectiva de vida, pois se trata de um “[...] processo capaz de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades [...]” (JULIÃO, 2013, p.4).

Pereira (2012) em concordância com Julião (2013) alega cuja educação no espaço prisional pode também cumprir com o papel de humanizar as relações conflituosas. E que para isso acontecer, é necessário investir na formação de qualidade de todos os profissionais do sistema prisional, gerar mudanças na estrutura física e organizacional e estimular práticas de convivência menos discriminatórias e mais tolerantes.

Dessa maneira, Siqueira e Guidotti (2017), falam que o professor da EJA necessita se adequar, ampliar e inovar na proposta pedagógica curricular, para conseguir uma educação em constante movimento e transformação, e que esses professores podem reconhecer seus alunos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, pessoas que possuem especificidades e identidades culturais diferentes.

Diante ao exposto, se torna fundamental, debater sobre a importância das práticas pedagógicas, e a necessidade de incluir currículos adequados, conteúdos e práticas voltadas à educação no sistema prisional. Pois nas prisões a prática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui as suas especificidades próprias e deve ser planejada e fundamentada em políticas públicas.

O processo de educação no cárcere tem como foco todos os que atuam diretamente ou indiretamente com o indivíduo privado de liberdade, visando à construção de uma educação capaz de construir oportunidades para que o sujeito reconstrua o seu novo caminho.

### **3.1.2. A Educação Física no contexto da EJA prisional**

Muitos professores de Educação Física quando se inserem no contexto escolar prisional se deparam com diferentes desafios e (im)pertinências à realização de sua prática pedagógica dentro dessas escolas.

Sendo a (in)formação um deles, pois segundo Oliveira (2019), há uma falta de interesse dos/as acadêmicos/as de Educação Física para a educação prisional, porquanto a maioria não sabem da existência de escolas prisionais e que a Educação Física é um

componente curricular obrigatório a ser ministrado nesses estabelecimentos. Explana o referido autor:

O material científico encontrado que aborda a discussão sobre a Educação Física dentro do contexto da educação prisional foi pouco, quase escasso. Necessitou-se de uma pesquisa profunda dentro do tema da educação prisional. Isso era de se esperar pela forma de rejeição e pouco relevância que tem esse tema pelos acadêmicos de Educação Física e até pelas autoridades responsáveis pela educação no país. (OLIVEIRA, 2019, p.11).

Prosseguindo com sua explanação o autor supracitado, argumenta quanto aos “poucos materiais científicos encontrados sobre a discussão sobre essa problemática destacam, não com muita clareza, o papel do professor de educação física neste campo, que, aliás, é pouco estudado e aprofundado pelos acadêmicos do curso”, além disso, a Educação Física ainda é vista como uma atividade educativa não formal dentro dos presídios, e assim sua importância enquanto atividade educativa formal continua sendo considerada mínima, ainda sendo encaixada apenas no contexto de lazer (OLIVEIRA, 2019, p. 11).

Outro aspecto ponderado por Custódio (2018), diz respeito ao fato de muitos professores serem levados a atuarem na EJA em escolas prisionais, por motivos alheios à sua vontade, relacionado à necessidade e a dificuldade em encontrar trabalho. Ressalta ademais que, para muitos professores, trabalhar em escolas prisionais sempre foi considerado a última opção de escolha. Laffin e Nakayama (2013) concordam com a alegação, destacando que para muitos professores esta opção ocorre simplesmente pela necessidade de sobrevivência e inserção no mercado de trabalho.

À vista do exposto, ao adentrar em uma escola localizada no interior de uma unidade prisional, os professores, vivenciam diversos desafios, medos e inseguranças, se deparam com outra configuração escolar, de público e organização do trabalho pedagógico, cujos efeitos instituem limites e maneiras de desenvolver a vida professoral. Neste ambiente é orientado aos professores que deverão passar por triagem, regras e procedimentos de segurança.

Outros pontos importantes dentro desse contexto tratam-se das regras e orientações constam no Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais RENP (2016). E em seu capítulo VI, artigo 311, discorre que “todas as pessoas - servidores, prestadores de serviço, visitantes de presos, entre outros - que necessitem adentrar na Unidade Prisional serão revistas, bem como deverão ter os seus pertences devidamente vistoriados”.

Soma-se a isso, segundo Prado (2015), o fato de a modalidade no ambiente prisional instituir contratos temporários para o preenchimento de vagas destinadas aos professores interessados em trabalhar nesses estabelecimentos, porém por ser tratar de contratos temporários e com prazos determinados, gera uma grande instabilidade entre os professores e dessa maneira, “a prática pedagógica fica comprometida, uma vez que é grande a rotatividade de professores no sistema”, podendo causar comprometimento no rendimento dos alunos reclusos.

Concordando com o exposto por Prado (2015, p.49), o Parecer CNE/CEB N° 4/2010, que discorre sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais mostram que,

[...] a grande maioria, dependendo do estado, é composta por profissionais contratados, justificando a rotatividade constante de profissionais nas escolas, bem como a não consolidação de uma proposta político-pedagógica. (BRASIL, 2010)

Dessa forma, para Onofre e Julião (2013, p.61), ao ingressar em uma unidade prisional e se deparar com algumas situações o professor “percebe a importância de buscar saberes, não só para lidar com diferentes culturas, mas para lidar com conflitos e dilemas para os quais não foi preparado na formação inicial e nem em experiências em outros espaços educativos”.

Trata-se de uma advertência presente nas Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Muitos nem mesmo possuem experiências com o trabalho docente com jovens e adultos. Saíram das Universidades para atuar em escolas regulares do mundo livre, sem nem mesmo terem vivenciado qualquer iniciativa e/ou experiência com a Pedagogia Social. Poucas são as universidades que investem em uma matriz curricular que estimule e possibilite o discente de visualizar alternativas no campo profissional da educação além dos postos cotidianamente dispostos no mercado de trabalho. (BRASIL, 2010)

Soma-se a isso, segundo Custódio (2018), a precária infraestrutura física das escolas prisionais, o que interfere diretamente na elaboração de determinadas práticas, devido à grande limitação de espaço para a realização das aulas de suas aulas. Além do mais, o referido autor destaca as restrições relacionadas aos materiais, pois existem regras estabelecidas as quais tolhem a utilização de determinados materiais, em virtude de procedimentos de segurança interna. Relata, ademais, continências às estratégias didáticas do professor, pois nestes locais, nas aulas de Educação Física não são

permitidas emulações as quais possam fomentar disputas entre os reeducandos, sendo mais um desafio para docência.

Portanto, de acordo com o que foi dito as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais também afirmam que,

Em muitos casos, as atividades realizadas pelas escolas são desqualificadas e ameaçadas, dependendo quase que cotidianamente de consentimentos. Para se executar qualquer atividade extra-classe, fora da rotina do dia-a-dia da escola e, principalmente do seu espaço físico, depende de prévia autorização e consentimento da gestão da unidade penal. O excesso de zelo pela segurança geralmente impede qualquer criatividade docente: passar filmes, convidar palestrantes, desenvolver pesquisas, atividades coletivas, em muitos estabelecimentos penais, são atividades quase impossíveis. (BRASIL, 2010)

Donde muitos professores acabam não conseguindo realizar suas práticas pedagógicas nas escolas prisionais e com isso, de acordo com Bessil (2015, p.126), “a organização do trabalho do docente que depende da autorização e organização do trabalho da segurança gera certa frustração por parte dos docentes”. Concorda Custódio (2018) ao completar que, essa situação contribui para que os professores se sintam frustrados e insatisfeitos, visto que de maneira alguma é levado em consideração os seus pontos de vista.

De todo modo, deve-se destacar a presença de discurso voltado ao profissional da educação na formação do indivíduo e o quão importante se faz a sua formação e preparo para ação positiva nessa modalidade de ensino. (DIORO, 2017)

A Educação Física, não consegue sozinha a transformação almejada dos alunos reclusos, todavia pode contribuir para a sua volta à sociedade de uma maneira muito melhor. Para Prado (2015, p.49) “é necessário compreender que, mesmo no cárcere, é possível pensar na criação de mecanismos capazes de transformar o tempo de cumprimento da pena em alternativas que visem, no mínimo, a formação escolar do apenado”.

Nesta mesma perspectiva Custódio (2018) corrobora e ainda considera que mesmo diante de muitas limitações, alguns professores conseguem apresentar conteúdos ao quais são possíveis de serem desenvolvidos nas aulas de Educação Física nas escolas prisionais e com isso abre espaço para algumas possibilidades para a realização de seu trabalho.

Dessa forma, segundo Custódio (2018), as aulas teóricas adquirem espaço, sendo ministradas sobre diversos assuntos como primeiros socorros, alimentação, doenças crônicas e saúde. Além de alongamentos, trabalhos com o ritmo, através de

sons emitidos pelo corpo, e, ainda, práticas manuais como artesanatos e dobraduras com papéis. Em contrapartida, Betti (2013), entende que a Educação Física escolar tem por finalidade a formação de indivíduos que possam usufruir, compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais do exercício da motricidade humana, não observando somente aspectos físicos e de saúde.

Assim a utilização de práticas e da criatividade, pode ajudar a proporcionar aos aprendentes experiências interessantes, pois diante das dificuldades seria indispensável coerência epistemológica e didática, de modo a tornar atrativos os saberes pertinentes à Educação Física. Visando reduzir com estratégias de ensino e adequações no trabalho as consequências negativas das circunstâncias permitidas e possíveis para as suas aulas nas escolas prisionais. (CUSTÓDIO, 2018)

E mesmo o espaço escolar sendo definido e limitado, a sala de aula é o espaço de encontro entre reeducandos, professores e o conhecimento, podendo nela existir vínculos de amizade, cooperação e confiança, que se constroem e se consolidam, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2006). Sendo um fundamental fator de contribuição para a construção de possibilidades pedagógicas.

E assim segundo, Paiva (2007, p.52) diz que “A prática pedagógica em condições adversas e ameaçadoras pode significar um desafio para muitos, impelidos a compreender as razões do cárcere e contribuir com processos de aprendizado para sujeitos privados da liberdade e do saber sistematizado”.

### **3.2. PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Para falarmos sobre a Prática Pedagógica do professor de Educação Física, precisamos saber o que é a Prática Pedagógica e como ela é caracterizada.

Nas palavras de Veiga (1989), entende-se a prática pedagógica como prática social, orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, sendo inserida no contexto da prática social. Ainda com Veiga (1989) diz que a prática pedagógica é considerada uma dimensão da prática social que pressupõe a relação entre teoria-prática, sendo essencialmente nosso dever, como educadores, buscar de condições necessárias à sua realização. Nesta linha Freire (1996) corrobora com Veiga (1989) quando em seu texto diz que a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência entre a relação da teoria e a prática, em que a reflexão crítica sem a teoria vira apenas coisas sem conteúdo e a prática se transforma em ativismo.

Ainda com Freire (1996), a realidade social, não existe por acaso e sim pelo resultado da ação dos homens, que não se transformam do nada, e os homens são os produtores desta realidade, que está na “invasão da práxis”, que volta sobre eles, os condiciona, e transforma a realidade, sendo uma tarefa histórica e dos homens.

Dessa forma, para existir uma boa prática pedagógica deve existir uma boa relação entre teoria e prática, pois são igualmente fundamentais, e o ensinar não deve ser considerado como transferência de conhecimento, e sim como uma forma de criar possibilidades para a produção ou a construção desses conhecimentos. (Freire, 1987).

Para Franco (2016), as práticas pedagógicas trabalham com e na historicidade, implicando em diversas tomadas de decisões. Porém, algumas diretrizes de políticas públicas consideram a prática pedagógica apenas como um exercício de reprodução de fazeres e ações externas, não levando em conta a formação do professor.

Franco (2016), em alinhamento com Freire (1996), quando fala que o professor precisa buscar uma melhor forma de trabalhar conteúdos e atividades nos espaços de aula, sendo fundamental que ele reconheça e compreenda as transformações que irão acontecer com os alunos, com as práticas, e com as circunstâncias do processo de transformação. Freire (1996, p.14) a esse respeito completa que, “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”. E que, devido às condições de verdadeira aprendizagem, os alunos vão se transformando em reais sujeitos de sua construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do seu professor, que é o sujeito do processo. Levando em conta que, as práticas pedagógicas sofreram modificações de acordo com o passar dos anos, das gerações e assim se atualizam de forma a acompanhar a modernidade.

Franco (2016) ainda entende como prática pedagógica, aquilo que se organiza em torno de intencionalidades, como também na construção de práticas que dão sentido a elas. E se incorpora a reflexão de forma coletiva e contínua, assegurando que a intencionalidade proposta será disponibilizada para todos, na construção de práticas que garantam que sejam realizados os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades. Ela se configura como uma prática que está ligada a compreensão e transformação. Possuem ainda algumas características como: o contexto, que tem relação com o local da realização da prática; a intencionalidade, que se refere à intenção/finalidade de determinada prática pedagógica e a mediação entre as relações de intencionalidades e os sujeitos da prática pedagógica.

Já segundo Freire (1987, p.31), na prática pedagógica o “Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de re-criar este conhecimento”, sendo assim a educação é um ato de conhecimento.

Nesse sentido, Franco (2015) diz que, ao produzir um ensino em sala de aula, muitas circunstâncias estão presentes como: desejos; formação; conhecimento do conteúdo; das técnicas didáticas; ambiente institucional; práticas de gestão; clima e perspectiva da equipe pedagógica; entre outros. Sendo assim, as práticas pedagógicas estão presentes desde o planejamento e a sistematização do processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de garantir que as atividades e conteúdos sejam ensinados aos alunos. Utilizando os conhecimentos e saberes já adquiridos, para que dessa forma o professor consiga reinventar o que já se conhece e adquirir novidades para com isso ampliar e expandir a qualidade de ensino dos alunos.

Já Andrade (2006), explica que, mesmo parecendo uma coisa fácil, a tarefa de ensinar não é muito simples, pois para que ela aconteça é necessário que alguém esteja aprendendo algo também ou esteja ampliando seus conhecimentos já existentes. Freire (1996, p.12) em relação a ensinar diz que, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém”. E que “ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *forrar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”. Ensinar está muito além de passar matéria no quadro, não é algo superficial e demanda estudo e aprendizagens constantes, sendo necessária uma boa prática pedagógica.

Além disso, devemos considerar segundo Franco (2016), que ao compararmos as práticas pedagógicas às práticas educativas, as pedagógicas são as práticas sociais exercidas com o intuito de concretizar processos pedagógicos e seu conceito pode variar de acordo com a compreensão de pedagogia, e a educativa acontece para que ocorra a concretização de processos educacionais, sendo algo não pertencente aos professores, pois traz traços culturais compartilhados.

Assim Freire (1987) considera que a prática educativa constitui-se em uma situação gnosiológica, no qual o papel do professor problematizador é proporcionar juntos aos alunos condições em que exista a superação do conhecimento. E em Freire (1981), defende que toda prática educativa se desenvolve em um contexto concreto, histórico, cultural, econômico e político, implica em uma teoria educativa, e que existe

uma impossibilidade de neutralizar a prática educativa como da teoria educativa. Por fim, “toda prática educativa implica numa concepção dos seres humanos e do mundo”, segundo Freire (1981, p.35).

### **3.2.1. Prática pedagógica no viés da práxis**

Neste contexto, podemos reconhecer a importância das práticas pedagógicas enquanto práxis que de acordo com Freire (1987) e Zitkoski (2008, p. 650) “pode ser compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a conseqüente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora”. Esse conceito “opõe-se às ideias de alienação e domesticação, gerando um processo de atuação consciente que conduza a um discurso sobre a realidade para modificar esta mesma realidade”.

Ainda com Zitkoski (2008) mostra que de acordo que um sujeito compreende e se conscientiza sobre seu papel no mundo, ele inevitavelmente será transformado, sendo uma relação entre sua interpretação da realidade e a prática. Sendo assim, “práxis é uma aplicação do método dialético, ultrapassando a visão tradicional de Aristóteles que a designava como sendo o oposto à teoria, e a caracterizava como sendo uma atividade ou uma ação”. (Zitkoski, 2008, p.652)

Contudo, Vázquez (2011), também concorda com Zitkoski (2008), e para ele o conceito de práxis se dá através de uma atividade material consciente e objetiva, que auxilia na transformação do mundo exterior a partir da ação humana que acaba transformando o homem.

A atividade da consciência, que é inseparável de toda atividade humana, apresenta-se a nós como elaboração de fins e produção de conhecimento em íntima unidade (...). Se o homem aceitasse sempre o mundo como ele é, e se, por outro lado, aceitasse sempre a si próprio em seu estado atual, não sentiria a necessidade de transformar o mundo nem de, por sua vez, transformar-se (VÁZQUEZ ,2011, p.192).

Sobre a práxis Freire (1981, p.109), discorre que, “a práxis não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão”. Considera as mulheres e os homens como seres humanos, porque historicamente se tornaram seres da práxis e, dessa forma, se tornam capazes de transformar o mundo, e assim dar significado a ele. A práxis se encontra presente em todas as ações, e os três autores citados acima concordam quando falam sobre transformação, ação e práxis.

Embora Vázquez (2011) defende que não existe “práxis teórica”, e que a atividade teórica não pode ser caracterizada como práxis, pois não apresenta nenhuma transformação na realidade humana, considera a práxis como uma atividade material, transformadora e adequada, e que a atividade teórica, fica de fora, pois esta se materializa. Por considerar não ter uma práxis como atividade materialmente pura, que não possui a produção de fins e conhecimentos, se caracteriza a atividade teórica. Freire (1981), porém não concorda com a fala de Vázquez (2011), e com isso fala sobre a práxis teórica.

A práxis teórica não é outra coisa senão a que realizamos, desde o contexto teórico ao tomar distância da práxis realizada ou realizando-se no contexto concreto, no sentido de clarifica-la. Por isso mesmo é que a práxis teórica só é autêntica na medida em que o movimento dialético entre ela e a subsequente práxis, a ser realizada no contexto concreto, não seja rompido. Daí que sejam essas formas de práxis, momentos indicotomizáveis de um mesmo processo pelo qual conhecemos em termos críticos (FREIRE, 1981, p.88).

Paulo Freire, nos estudos relacionados às práticas pedagógicas nas formas de práxis, utiliza um conceito de práxis:

[...] se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica. É neste sentido que a práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida. (FREIRE, 1987, p. 53).

Desse modo, as práticas pedagógicas podem ser utilizadas pelos professores e em suas aulas, pois auxilia na aprendizagem dos alunos. Os professores podem buscar conhecimento para a aplicação de práticas pedagógicas em suas aulas, indiferente da disciplina lecionada, tendo como intuito um melhor desenvolvimento do aluno, acerca das disciplinas e da vida.

### **3.2.2. Prática pedagógica do professor de Educação Física**

Em relação aos professores de Educação Física, a prática pedagógica pode ir além do planejamento e a sistematização da aprendizagem, estando presente no ensino de conteúdos e atividades. Os professores podem fazer uma relação entre teoria e prática, em que segundo Andrade (2006, p. 20), “a Educação Física é entendida como prática pedagógica, pois se refere ao processo de ensino e aprendizagem que ocorre no cotidiano das escolas”. Além disso, “a Educação Física pode ser compreendida de três maneiras diferentes: como um componente do currículo das escolas, como uma

profissão caracterizada por uma prática pedagógica no interior das escolas ou fora delas, e como uma área em que são realizados estudos científicos”. (Andrade 2006, p. 24)

Andrade (2006) considera a docência como a profissão que se relaciona com a prática pedagógica. Dessa maneira, os professores que possuem ensino superior pelos cursos de licenciatura na área, são os profissionais capacitados para ensinar esse componente curricular nos diferentes níveis da Educação Básica.

Para Andrade (2006) a Educação Física sendo um componente curricular obrigatório da Educação básica, pode assumir a tarefa de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando um cidadão que produza, reproduza e transforme. Trata-se de uma noção alinhada à perspectiva de Betti (2013, p. 64), ao indicar cuja Educação Física na escola refere-se a um componente curricular,

[...] que tem por finalidade propiciar aos alunos a apropriação crítica da cultura corporal de movimento, visando a formar o cidadão que possa usufruir, compartilhar, produzir e transformar as formas culturais do exercício da motricidade humana: jogo, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, dança e atividades rítmicas/expressões, lutas/artes marciais e práticas corporais alternativas.

O professor poderia conhecer as disciplinas que possuem relação com sua realidade, para que as atividades possam ter significado e sentido para os alunos, sendo o respeito e o diálogo imprescindíveis para o processo de elaboração do conhecimento, devendo considerar as limitações de espaço, falta de materiais adequados e o tempo da aula.

De acordo com o Andrade (2006), ele explica que na Educação Física escolar os conteúdos podem ser divididos em três dimensões, a saber: a conceitual, procedimental e a atitudinal. Porém, afirma que na prática docente não tem como dividir os conteúdos dessa maneira, mas que podem existir ênfases em determinadas dimensões, e que, a Educação Física não é somente ensinar o básico.

Dessa maneira, para Andrade (2006), os esportes, a dança, os jogos, as atividades expressivas, a ginástica, atividades rítmicas e conhecimentos relacionados ao corpo, sua fundamentação e técnicas, caracterizam a dimensão procedimental, o “saber fazer?”, ou seja, saber realizar técnicas ou ações relativas aos conteúdos. Já, os alunos ao tomarem algumas decisões voltadas às suas atividades corporais, procuram formas de realiza-las, caracterizando a dimensão atitudinal, o “como fazer?”, que está relacionada a saber ser, ensinar valores e virtudes humanas. E por fim, o aluno que desejar realizar determinado exercício ou movimento, e com isso buscar conhecer os conceitos

envolvidos na realização dessa determinada tarefa, representada como uma dimensão conceitual, “o que saber?”, almeja conhecer um conceito ou fato relativo a um fenômeno.

Porém para Finck (2011, p.24), “a Educação Física, enquanto área de conhecimento, não tem sido capaz de “convencer” a sociedade suficientemente sobre a importância de sua presença no currículo escolar”. Pois entendem que, sua concepção se refere somente a atividades tidas como básicas e corriqueiras, não considerando seu real potencial pedagógico, por isso, ainda existe uma diferenciação entre essa disciplina e as demais componentes do currículo escolar.

Concordando com as palavras de Finck (2011), Fensterseifer (2019, p.144), ainda acrescenta que “fica uma frágil certeza: desconstruir, construir e reconstruir a Educação Física escolar é um desafio permanente para todos os envolvidos e preocupados com a questão da legitimação da área”. Tendo em vista que, os processos de desconstrução, construção e reconstrução podem ser lentos, a Educação Física ainda pode demorar a ser reconhecida como as demais disciplinas. Na continuidade do trabalho exporemos os dados, seguido das análises e correlações.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para engendrar as categorias de análise a serem expostas neste trabalho, buscamos identificar o perfil das entrevistadas, por intermédio de entrevista formalizada/estruturada indagando sobre alguns dados pessoais, sobre sua vida escolar, experiências profissionais e sua relação com trabalho pedagógico na escola prisional.

As entrevistas ocorreram através de vídeo conferências realizadas pelo Google Meet – em razão do quadro pandêmico decorrente do coronavírus (COVID-19) uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 –, em dias diferentes e individualmente. Posteriormente, fez-se a transcrição bruta do material obtido. Notou-se, no entanto, a inevitabilidade da textualização dos depoimentos, dado aos vícios de linguagem e digressões temáticas. Apenas, então, realizou-se a categorização das entrevistas, analisamos o teor dos relatos, agrupando pontos comuns e divergentes entre as respostas das entrevistadas, com efeito, tem-se a base para a elaboração das análises expostas na continuidade.

Foram entrevistadas duas professoras, as quais serão representadas por P 01 e P 02. A entrevista foi dividida em três eixos principais, a saber: 1º eixo - Dados pessoais e profissionais, 2º eixo - Experiências profissionais e 3º eixo- Trabalho pedagógico no Sistema prisional.

##### 1º EIXO - Dados pessoais e profissionais.

O primeiro eixo consiste em apresentar as pesquisadas enfatizando as repercussões dos dados pessoais para a formação professoral, portanto, a análise, a despeito de pessoal, permite estabelecer ilações pensando as dimensões formativas, pois as mesmas afetam a constituição docente.

**Quadro 1- Dados pessoais**

Entrevistadas	Sexo	Idade	Estado civil	Maternidade
P 01	Feminino	37	Casada	Não
P 02	Feminino	40	Casada	Sim

Fonte: Deborah (2022)

De acordo com o quadro acima, podemos observar cujas entrevistadas são do sexo feminino, possuem idades próximas de 37 e 40 anos, ambas são casadas, sendo que P02 menciona a maternidade.

Em seguida têm-se informações referentes ao percurso formativo de P01 e P02, constando os detalhes e experiências vividas na formação: formação inicial/graduação e formação continuada (em serviço).

**Quadro 2 – Percursos formativos**

Entrevistadas	Graduação	Conclusão	Instituição	Especialização	Instituição	Conclusão	Mestrado	Instituição	Conclusão
P 01	Ed. Física	2008	Fagmom	Sim	Corpo de Bombeiros	2019	*	*	*
P 02	Ed. Física	2014	UFLA	Sim	UFLA	2013	Sim	UFLA	Em curso

Fonte: Deborah (2022)

Observa-se cujas entrevistadas são graduadas em Educação Física Licenciatura, porém em instituições diferentes, sendo P01 graduada em uma universidade particular Fagmom e P02 graduada em uma universidade pública UFLA, com ano de conclusão respectivamente em 2008 e 2014.

Em relação a mestrado P01 afirma não ter realizado nenhum mestrado até o momento, já P02 afirma estar cursando em uma Universidade Federal, mestrado profissional na área de formação de professores. A P02 possui segunda graduação em Pedagogia, o que para a mesma ajudou muito em suas aulas como mostra o trecho do relato a seguir:

A licenciatura em Educação Física, deixou um pouco a desejar e por este motivo fiz a pedagogia, com a intenção de compreender melhor o universo da criança, e ter uma maior base teórica para ministrar aulas (P02).

Na continuidade, solicitou-se a descrição da formação profissional, narrando como ocorreu. Visemos os relatos:

Entrei para o curso de Educação Física licenciatura em 2005, anteriormente havia participado de grupos de dança. Durante o curso desenvolvi algumas habilidades, e assim, foram surgindo novidades como: a ginástica laboral, recreação, novas modalidades e outras áreas específicas de conhecimento, que considero como pontos positivos dentro do curso. Como aspectos negativos, lembro-me de algumas dificuldades durante o curso, provas, estudos, fazer estágio e trabalhar, achava que não iria dar conta, pois além de estudar eu também trabalhava, o dia a dia era muito corrido e bem pesado. Porém, considero que coisas ruins não impedem de fazer nada (P01).

Eu já comecei a estudar mais velha, tive oportunidade de lecionar para a EJA na disciplina de Educação Física. Neste contexto, relatei para os alunos a minha história de vida, falei para eles que era apaixonada pela EJA, justamente, porque eu fiz a universidade de forma tardia, por isso considero que foi uma “EJA”, pois comecei a faculdade com 28 anos e era apaixonada pela Educação Física. Além disso, praticava alguns esportes naquela época, chamava-me muito à atenção tudo na Educação Física, bem como o prazer de estar nas aulas. Gostaria de destacar que nós não tínhamos o prazer de estudar matemática, mas tínhamos em praticar a educação física. Outro fator importante é a lembrança, que desde pequenininha quando eu estava no terceiro ano do ensino fundamental, minha professora fez o seguinte

questionamento: o que você quer ser quando crescer? E eu respondi a ela, professora. Dessa forma, escolhi a licenciatura em Educação Física, por essas experiências e por tudo de diferente que acontecia nessas aulas, tais como: jogar o vôlei, algumas atividades diferenciadas, eu queria ser a professora, aquela que tem a oportunidade de propiciar atividades interessantes dentro da disciplina, pois eu já sonhava em ser professora. Ingressei em 2009 (dois mil e nove) no primeiro semestre, no dia dois de março, foi minha primeira aula, fiquei encantada por tudo aquilo, eu estudei no departamento de Educação Física, no qual a infraestrutura era precária, onde havia salas de aula debaixo da escada. Neste período, quase não havia aula nos outros pavilhões, mesmo sendo uma infraestrutura sucateada, para mim ainda havia um deslumbramento. Já no primeiro dia de aula, tive aula com o professor que chegou à sala de aula, falando que existiam grupos de estudo. Neste momento, pensei o que é isso?! Porque eu havia ido para estudar Educação Física e estava sendo proposto fazer grupos de estudo. Então, eu fiquei muito empolgada, isso me motivou e após ir à aula, houve a possibilidade de entender o funcionamento dessa atividade. Nessa época estudava a noite e tive a oportunidade de participar do grupo de estudo de uma professora, no, concomitantemente com as disciplinas, no grupo de estudos tinha monitoria para os idosos. No primeiro período do curso, é ofertada a disciplina de anatomia humana, em que tínhamos que estudar o corpo inteiro, devido a isso fiquei com receio, pois num primeiro momento, não sabia que eu iria mexer com cadáver e isso deixou-me um pouco receosa. Entretanto, vi que as peças eram plastificadas. Em seguida, conheci um professor maravilhoso, saudoso, que me influenciou de forma positiva, tanto na Educação Física, quanto na Pedagogia, embora eu tenha entrado no seu projeto depois que eu terminei a faculdade. Neste período, aprendi muito sobre a cultura corporal, pois eu não tinha conhecimento do que se tratava e foi um professor que ampliou a minha aprendizagem nesta área, bem como a licenciatura com dois excelentes professores. E além dos esportes, tivemos a oportunidade de trabalhar a recreação, então havia os momentos de brincar, mas também a parte teórica. No primeiro semestre, ingressei no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), este proporcionou-me a oportunidade de estar dentro da sala de aula, antes disso éramos voluntários na APAE, ficamos por seis meses e tivemos a oportunidade de trabalhar com as crianças e aprender a ministrar aula. Na faculdade, embora tenha tido muitos subsídios para aprendizagem, foi no chão da escola que aprendi mais, ou seja, de olhar olho no olho. Ano passado, em 2021 (dois mil e vinte e um), eu tive a experiência de ministrar aula online, entretanto, não tivemos a oportunidade de ter contato direto com o aluno, o que impossibilitou de ter uma maior interação. Nesse sentido, não ocorreu a interação aluno/professor a partir da linguagem corporal, o que ajuda muito na aprendizagem. Tratando-se da ética profissional, tive uma disciplina, foi exposto que era preciso ter compromisso ético com os outros, não é só chegar ali, pegar uma bola e jogar ela e pronto, você tem que respeitar a outra pessoa. Ainda em relação às disciplinas, com o um professor, aprendemos diversas possibilidades de brincar, tais como: o que é o brincar? O que é o jogar? o que nada mais é na minha visão do que aprender brincando. Ainda sobre as experiências na minha formação, no presídio não podíamos conversar muito com eles, isso me deixava angustiada, por não poder ter uma relação mais próxima, não podia conversar assuntos pessoais, mas eles falavam e contavam, e tivemos a oportunidade de interação. Um aspecto importante é frisar que na faculdade não tínhamos conhecimentos das aulas de Educação Física no presídio, até participar das designações na escola da penitenciária. Na minha formação em Educação Física, tive a oportunidade de participar de congressos e produzir material científico. A vida acadêmica para a minha família, embora humilde, tinha grande relevância. O meu pai sempre quis que um dos filhos dele fizesse faculdade. Dessa forma, fui contar para ele que passei em Educação Física, embora quisesse que tivesse feito agronomia ou veterinária, sentiu-se feliz

por eu ter entrado na universidade. Devido ao interesse em continuar no PIBID, fiquei um ano a mais na faculdade (P 02).

Nas descrições observa-se que embora as professoras sejam formadas no mesmo curso, existem algumas diferenças em relação ao teor da formação de cada uma, como já mencionado anteriormente, convindo reiterar, a P01 formou-se em uma universidade particular, participou de grupos de dança antes de entrar para a faculdade, precisava trabalhar em uma área diferente da que estudava para custear seu curso e diante disso, teve toda a sua formação realizada concomitantemente ao seu trabalho e estágio, encontrando dificuldade nas provas e trabalhos em sua graduação, devido à falta de tempo o que dificultou bastante, desenvolveu e conheceu algumas habilidades e coisas novas como a própria ginástica laboral tema de seu TCC, recreação e outros. Relata que mesmo tendo adversidades não desistiu e conseguiu se formar.

Já em relação à experiência formativa da P02 a graduação teve início, segundo ela, de forma tardia. Aos 28 anos começou a estudar em uma universidade pública, nessa época praticava alguns esportes e relata cuja Educação Física chamava muito a sua atenção, explica que seu interesse em ser professora surgiu desde sua infância, queria ser a “melhor professora”, escolheu a Educação Física por gostar das coisas que aconteciam nas aulas e por querer proporcionar atividades interessantes e diferentes aos seus futuros alunos. Em sua formação P02 teve a oportunidade de participar de grupos de estudo, PIBID, monitoria na APAE e alguns projetos. Já P01 se limitava somente às atividades de ensino.

Empos adentram os relatos. As depoentes foram inquiridas sobre as principais fragilidades as quais identificam em sua formação inicial. A esse respeito responderam:

Considero como a maior fragilidade a parte financeira, pois a profissão não é bem remunerada e realmente fazemos por amor e sim por que gostamos. (P01).

A licenciatura em Educação Física, deixou um pouco a desejar e por este motivo fiz a pedagogia, com a intenção de compreender melhor o universo da criança, e ter uma maior base teórica para ministrar aulas. Considero que ser professora não é apenas escrever um monte de coisa no quadro, ou dar apenas uma bola para as crianças brincarem. E por isso, entendo que uma das fragilidades dos cursos de licenciatura em geral é a parte pedagógica, tendo em vista que você não estuda tão profundamente a ponto de conhecer e entender como lidar com alguns problemas na escola. Assim, percebi que a pedagogia complementava, porém não dava todas as respostas que eu procurava, e por isso, o estágio é esse momento de aprender um pouco mais na prática, porém é realizado em um curto período de tempo, sendo insuficiente para uma melhor vivência. (P02).

Em relação às fragilidades identificadas cada uma das entrevistadas expôs seu ponto de vista, de acordo com o que foi vivenciado por elas em sua formação inicial, relatam pontos diferentes, porém importantes para cada uma. P01, não respondeu a indagação a respeito de sua maior fragilidade relacionada à sua formação em Educação Física licenciatura, porém relata que depois de formada umas de suas fragilidades era em relação à parte financeira, pois não considera sua profissão bem remunerada e acrescenta que trabalha como professora de Educação Física apenas por amor e não por dinheiro, pois considera sua profissão desvalorizada.

Já P02, afirma que sua formação como licenciada em Educação Física deixou um pouco a desejar e por isso, decidiu complementar a mesma fazendo outra graduação em Pedagogia, a fim de conhecer melhor a prática pedagógica, entrar mais afundo no universo das crianças, compreender e ter uma melhor base teórica para ministrar aulas. Considera a parte pedagógica uma das maiores fragilidades dos cursos de licenciatura em geral, pois não há um estudo aprofundado para conhecer, entender e desenvolver essa parte pedagógica, tendo em vista que o período de estágio, que seria um dos momentos para por em prática alguns assuntos e muito curto, não possibilitando uma real vivência de sala de aula.

Em seguida, as depoentes responderam se avaliam a formação recebida como adequada para o desempenho da profissão docente. De acordo com P01 em sua fala não considera a formação recebida adequada para o desempenho da profissão docente, em contrapartida P02 diz que possui algumas falhas, mas que tem um suporte muito grande para ser professora.

Dessa maneira também foram questionadas sobre temas ou conteúdos cuja formação não contemplou e sobre alguma disciplina que tenha debatido sobre a EJA e/ou sistema prisional durante a sua formação acadêmica, e em seguida respondem:

Sim, houve alguns temas cuja formação não contemplou, como a ginástica laboral e o sistema prisional. Não houve nenhuma disciplina que tenha debatido o EJA, nem sistema prisional na graduação (P01).

Não, eu não vou conseguir dizer ao certo, pois não é uma disciplina isolada e sim um conjunto de forma geral, que deixa um pouco a desejar na parte pedagógica. Na Pedagogia tive disciplina relacionada à EJA, já na Educação Física me recordo bem pouco do professor falando sobre o tema, porém não se tratava de uma disciplina e sim de uma breve explicação. Durante a faculdade infelizmente não ouvi e não soube nada relacionado à educação prisional. Fui conhecer e aprender sobre o assunto, quando participei da designação (P02).

Nota-se nos relatos o fato de tanto P01 quanto P02 identificarem lacunas de conhecimentos pertinentes à profissão, além de não terem tido nenhuma disciplina versando diretamente a EJA e a existência de escola e aulas de Educação Física no ambiente prisional, o assunto não foi abordado na graduação de nenhuma das entrevistadas.

De acordo com o exposto Brasil (2010), explica que muitos profissionais ao começarem a trabalhar no sistema prisional, em sua maioria não possuem experiências com a prática docente para jovens e adultos, muitos saíram das universidades para atuar em escolas regulares. São poucas as universidades que investem em uma matriz curricular que estimule e possibilite o discente visualizar alternativas no campo profissional da educação além dos postos cotidianamente dispostos no mercado de trabalho, como EJA e escolas prisionais.

Dessa forma, como mencionado anteriormente Oliveira (2019), discorre sobre a falta de interesse dos/as acadêmicos/as de Educação Física para a educação prisional, porquanto a maioria não sabem da existência de escolas prisionais e que a Educação Física é um componente curricular obrigatório a ser ministrado nesses estabelecimentos.

Em continuidade foram questionadas em relação a curso de formação continuada e se julgam importante à realização do mesmo, e ainda, se realizaram algum curso específico para trabalhar no sistema prisional.

Sim, fiz curso de formação continuada em Educação Física Escolar, por estar trabalhando em escolas. Sim, julgo muito importante. Principalmente por considerar a abrangência da graduação, seus poucos momentos práticos e a curta duração do curso de licenciatura plena, de quatros anos. Considero que, através dos cursos de formação continuada, podemos adquirir conhecimentos e aprender, além das trocas de experiências entre profissionais. Não fiz nenhum curso para o sistema prisional (P01).

Além de alguns cursos chamados de escola de formação, fornecidos pelo Estado, fiz curso para a EJA e Google Meet. Não fiz curso de formação continuada, porém estudei por conta própria, pois não tinha tempo para realizar mais uma atividade. Considero a formação continuada muito importante, ela faz toda a diferença, pois com ela aprendemos e (re)aprendemos coisas específicas dentro da sala de aula, que dão suporte teórico e mais segurança em suas ações. Dessa forma, a formação continuada nos dá recursos teóricos, planejamento e abordagem fundamentada para tratar sobre assuntos específicos na sala de aula, como por exemplo: a especialização que fiz em gênero e diversidade, que me auxiliou a discutir sobre sistemas na sala de aula. Não realizei nenhum curso específico para o sistema prisional, somente participei de um encontro sobre a escola dentro do presídio (P02).

Ambas entrevistadas consideram a formação continuada importante para o processo formativo de um professor, que adquire mais conhecimentos e aprendizagens,

lhe dando mais suporte teórico e segurança para a tomada de decisões dentro de sala de aula.

À vista dos relatos expostos ambas as entrevistadas alegam não terem realizado cursos específicos para a docência em estabelecimentos prisionais, tampouco tido acesso a quaisquer disciplinas durante suas graduações em Educação Física que abordassem os assuntos citados, somente P02 teve contato relacionado à EJA em sua graduação em Pedagogia, o que caracteriza uma fragilidade em suas formações iniciais, a qual ainda se conserva na maioria dos cursos de licenciatura.

## **2º EIXO - Experiências profissionais.**

Nesse eixo as entrevistadas descrevem suas experiências profissionais, sejam elas em escolas públicas ou privadas, tempo de docência, quais etapas de ensino já lecionaram como surgiu o interesse em trabalhar com a EJA em escolas prisionais, sensações ao adentrar em uma sala prisional, tempo de trabalho na unidade prisional, forma de ingresso na escola prisional, e por fim foi solicitado que escrevessem os procedimentos de segurança realizados para entrar na escola prisional.

Indagou-se então, quanto às experiências profissionais enquanto professoras. Percorramos as explicações.

Tive pouca experiência na rede pública, vivenciei o estágio e o contrato de seis meses no sistema prisional. Já na rede privada, tenho a oportunidade de estar até os dias atuais, as minhas maiores experiências foram no ensino privado (P01).

Não sei como é estudar em uma escola privada e possuo certa dificuldade para trabalhar no ensino privado, devido à experiência que tive por um mês substituindo uma professora na escola que meu filho estudava e não foi uma experiência muito legal. Nunca trabalhei em escolas municipais, sempre estive na rede pública de ensino, por isso minhas experiências são todas em escola estadual, acredito muito na educação pública mesmo tendo algumas falhas. Amo o ensino público e adoro estar na escola (P02).

Há duas maneiras distintas de relação com as instituições escolares, dessa maneira, temos P01 que teve pouco contato profissional com a rede pública de ensino e que trabalha por anos na rede particular. Em contrapartida, P02 afirma ter certa dificuldade em trabalhar na rede privada de ensino, tendo em vista sua experiência profissional de apenas um mês em escola particular, sendo suas outras experiências profissionais todas em instituições de ensino público. Cabe ressaltar que P01 teve sua

formação em uma instituição privada e P02 em uma instituição pública, e que mesmo depois de formadas repetiram esse padrão.

Para expor o tempo de magistério das pesquisadas erigiu-se um quadro descrevendo o quantitativo de tempo de docência e as respectivas etapas de ensino cujas P01 e P02 lecionaram até o momento.

**Quadro 3- Tempo de docência e etapas de ensino**

Entrevistada	Tempo de docência	ETAPAS DE ENSINO TRABALHADAS				
		Educação Infantil	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio	EJA
P01	14 anos	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
P02	4 anos e 1 mês	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Deborah (2022)

Existe uma diferença de dez anos entre o tempo de docência das professoras, mesmo possuindo idades próximas, tiveram vivências distintas as quais contribuíram para essa diferença. P01 e P02 lecionaram em sua maioria para as mesmas etapas de ensino, sendo diferente a vivência com a Educação Infantil de P01 e a vivência do Ensino Médio de P02.

Já P02, que não teve nenhuma experiência profissional na rede municipal de ensino e teve apenas uma pequena experiência frustrada na rede privada de apenas um mês, relata que sem dúvidas prefere lecionar na rede pública de ensino, local em que teve suas maiores experiências profissionais até os dias atuais, além disso, defende a escola e o ensino público mesmo tendo muitas coisas a serem melhoradas e implantadas.

Quando perguntadas sobre sua experiência no sistema prisional, como surgiu seu interesse em trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional e qual a sensação ao adentrar pela primeira vez em uma sala prisional, as respostas foram:

Foi uma surpresa descobrir a existência de escolas dentro do sistema prisional, e por meio de uma amiga, que já lecionava em uma escola prisional e iria entrar de licença maternidade, tive a oportunidade de substituí-la temporariamente. Como não havia trabalhado no sistema prisional e gosto de enfrentar novos desafios, resolvi tentar. Então fui pesquisando, conversando e trocando experiências com minha amiga, pois na graduação não tive nada relacionado ao sistema prisional. Participei de todo um processo para começar a trabalhar na escola do presídio. Foi assustador e impactante, principalmente ao entrar na Unidade prisional pela primeira vez, a maneira que fui recebida, não pelos alunos, mas pelos agentes penitenciários com todas as regras e procedimentos dentro do presídio. A primeira aula foi bem tensa (P01).

Como não sou efetiva no estado, pego aulas que eles oferecem, e na designação que participei naquela época, havia uma vaga para o presídio,

para a educação prisional, EJA. Já tinha trabalhado com EJA anteriormente, foi a minha segunda turma de Educação Física no Ensino Médio, em escola regular. Nenhum outro professor queria pegar as aulas disponíveis no presídio, primeiro porque era no presídio, segundo porque eram poucas aulas. Logo, e como não conhecia, fiquei com medo, mas ao me perguntarem se queria a vaga, respondi que sim, e assim me passaram a relação de documentos a serem providenciados, incluindo a certidão de antecedentes criminais. Ao chegar em casa, estava desesperada e ansiosa para contar ao meu marido que iria pegar aulas no presídio. Fui trabalhar no presídio porque só sobraram essas aulas, fui sem conhecimento, não sabia o que esperar, não sabia o que era uma escola de presídio, não tinha noção de que iria ficar presa sozinha com os detentos dentro da sala, eu tinha uma visão muito diferente do presídio, tanto que não tive conhecimento sobre educação prisional na faculdade de Educação Física e nem na Pedagogia. Não sabia que existia escola no presídio, descobri na hora da designação. Medo! Fui com muito medo, para aquele lugar, principalmente por não conhecer e não ter noção do que se tratava, não sabia o que era um agente prisional. Levei a certidão de antecedentes criminais e tudo que a diretora da escola havia solicitado. No primeiro dia, cheguei muito tensa, tinha que passar na revista e eu não sabia o que era uma revista. Sentia muito medo de fuga dos alunos e de ser sequestrada, não imaginava que havia todo aquele procedimento de segurança. Sinto que pecamos muito por não conhecer as coisas, por não conhecer a realidade deles. Sou um ser humano muito melhor depois de trabalhar no presídio, respeito às pessoas muito mais, pois agora consigo entender melhor algumas situações. Na escola, conheci muitos alunos que não tiveram a oportunidade de estudar e não sabiam ler nem escrever, devido à falta de oportunidade na vida (P02).

O processo para lecionar no sistema prisional de cada entrevistada foi diferente, o de P01 ocorreu por indicação de uma amiga que iria sair de licença maternidade, o de P02 foi através de designação, levando em conta que por ter menos tempo de docência que os outros concorrentes a mesma ficou com a vaga que restou, pois ninguém queria trabalhar no presídio.

A modalidade de ensino no ambiente prisional, segundo Prado (2015), aceita a admissão de contratos temporários para o preenchimento de vagas destinadas aos interessados, contudo o fato de ser por prazo determinado gera instabilidade e grande rotatividade entre os docentes.

Dessa forma, muitos professores são levados a atuarem em escolas prisionais, por motivos alheios à sua vontade, relacionado à necessidade e a dificuldade em encontrar trabalho. Custódio (2018) ressalta que, para muitos professores, trabalhar em escolas prisionais sempre foi considerado a última opção de escolha, como ocorreu com P02, ao ficar com a vaga que restava no ato da designação. Assim, Laffin e Nakayama (2013) também concordam com a fala de Custódio (2018) e acrescentam que para muitos professores esta opção se dá simplesmente pela necessidade de sobrevivência e pela oportunidade de inserção no mercado de trabalho, como ocorreu com P01, ao substituir uma amiga por seis meses.

## A atuação do professor no sistema prisional

Nessa subcategoria do segundo eixo de nossa entrevista, iremos falar sobre a atuação professor no sistema prisional.

O sistema prisional brasileiro é um dos maiores sistemas prisionais do mundo, e de acordo com Custódio (2018), alguns professores atuam em escolas prisionais, por motivos alheios à sua vontade, relacionado à necessidade e a dificuldade em encontrar trabalho.

Além disso, segundo Prado (2015), o sistema prisional conta com contratos temporários gerando uma instabilidade para os professores, e que “a prática pedagógica fica comprometida, uma vez que é grande a rotatividade de professores no sistema”, podendo gerar um comprometimento no rendimento dos alunos reclusos.

À vista disso, inquirimos sobre as experiências na EJA prisional das participantes do estudo. A tentativa de sintetizar o cenário arquitetou-se um quadro síntese, no qual se tem o tempo cuja cada professora trabalhou no sistema prisional e quais disciplinas lecionaram.

**Quadro 4 – tempo de docência no sistema prisional e disciplina lecionada**

Entrevistada	Tempo de docência no Sistema prisional	Disciplina lecionada
P01	6 meses	Educação Física
P02	1 ano e 1 mês	Educação Física

Fonte: Deborah (2022)

Devemos destacar que nenhuma das entrevistadas sabiam da existência de escolas no sistema prisional e muito menos da Educação Física como também Componente Curricular Obrigatório na escola prisional, segundo P01 “não tinha ideia de que existia, foi uma surpresa” e em concordância P02 em seu depoimento diz “eu não sabia que existiam escolas prisionais, descobri na designação”.

Dessa maneira, as entrevistadas responderam questões relativas aos diversos desafios, medos e inseguranças, que vivenciaram em sua experiência profissional. Na tentativa de compreender a atmosfera presente nas escolas prisionais solicitamos que descrevessem os procedimentos de segurança realizados para entrarem na escola prisional. Examinemos os depoimentos doravante.

Para entrar na escola, precisava passar dentro do presídio, não na ala dos presos, mas na área externa. Dessa forma, tínhamos que passar pelo

procedimento de revista dos materiais e pessoal, depois ia para a escola, que ficava em local separado do presídio. Ao chegar à escola, aguardava os alunos estarem dentro da sala, pois sempre eles entravam antes dos professores e saíam depois e eram revistados no início da primeira aula e ao fim do último horário. Como já tinha passado pela revista ao entrar na unidade prisional, podíamos transitar ao trocar de sala ou ir para escola livremente, porém na saída do presídio esperávamos para sermos revistados novamente (P01).

No primeiro dia, tivemos que apresentar o atestado de antecedentes criminais e identidade, do lado de fora pela janela e falei que era professora, tinha que esperar abrir o portão para entrar na Unidade, depois de um tempo os agentes já te conhecem e sabem que você é professor e não precisava mais levar o atestado de antecedentes criminais. Para entrar podíamos usar blusas de cor preta ou branca, sem decote e botões, calça jeans ou preta e jaleco, de acordo com o que a diretora havia dito. Após entrar no portão tínhamos que esperar para passar na revista, em uma área de espera, tinha dia que era rapidinho, tinha dia que demorava um pouco. Entrava na “casinha”, e se tivesse levado mochila, tinha que tirar todas as coisas dela, e mostrar para as “meninas”, que fazem a nossa revista, tinha que tirar o sapato, a meia, e se tivesse blusa de frio tinha que abrir a blusa, mostrar que não tinha nada no bolso, não podia entrar com dinheiro, se tivesse dinheiro guardava na portaria, chave também ficava guardada. Em dia de chuva, capa e capacete ficavam guardados na sala de revista. Além de revistar, olhava-se o caderno para ver se não tinha nenhuma folha solta, pediam para levar só o necessário. Queria usar alguns materiais diferentes, como jogo de xadrez, e como não tinha na escola e nem em casa, pegava emprestado na escola regular que eu trabalhava. Tinha que pedir autorização da diretora e ela solicitava autorização para a direção do presídio para a entrada desses materiais. Deixava alguns materiais que eram produzidos nas aulas dentro do presídio, para não ter que ficar entrando e saindo com essas coisas. Nos dias em que levava o diário, que ficava na escola, mostrava na saída, pois se não me engano, tudo era anotado em um papel, era esse o procedimento (P02).

Segundo os relatos acima, percebemos que ambas entrevistadas passaram por procedimentos semelhantes, como: deixar os documentos na portaria, passar pela revista pessoal e de materiais ao entrar e sair na unidade prisional, além do procedimento de segurança para a entrada e saída dos professores na sala de aula.

P01 foi bem sucinta ao descrever esses procedimentos, porém P02 passa mais detalhes, como as roupas que eram permitidas para entrar no presídio, bem como suas especificações, o local e o procedimento realizado durante a revista pessoal e do material a ser utilizado por ela para as aulas. Não era permitido à entrada de alguns materiais, como: dinheiro, celular, chaves, entre outros. Havia necessidade de solicitar autorização dos diretores do presídio para poder entrar com materiais diferentes e para a realização de algumas atividades dentro das salas de aula. Na sequência exporemos a terceira e última categoria analítica cujo estudo suscitou.

### 3º EIXO- Trabalho pedagógico no Sistema prisional

O terceiro eixo dedica-se a discorrer quanto à organização e estrutura do trabalho pedagógico no sistema prisional. Nesta etapa da entrevista as P01 e P02, relataram as experiências relacionadas ao trabalho pedagógico. De acordo com Onofre e Julião (2013, p.61), ao ingressar em uma unidade prisional e se deparar com algumas situações o professor percebe “a importância de buscar saberes, não só para lidar com diferentes culturas, mas para lidar com conflitos e dilemas para os quais não foi preparado na formação inicial e nem em experiências em outros espaços educativos”.

À face do exposto, indagamo-las em relação à prática pedagógica no sistema prisional e quais os maiores desafios para docência em Educação Física no referido ambiente, ambas responderam o seguinte:

Foi uma grande descoberta. De acordo com os procedimentos internos do presídio para os detentos frequentarem a escola, eles tinham que ter bom comportamento, além de frequência mínima como em escolas públicas ou privadas normais. Assim, a sua frequência na escola ajudava na remição de dias no seu processo. No processo de avaliação, os alunos só não faziam dever de casa, por questão de segurança, tendo em vista que não podiam levar lápis para dentro da cela, e assim todas as atividades eram feitas dentro da sala de aula. Relacionado à disciplina Educação Física, foram momentos em que muitos materiais não podiam ser utilizados, sendo diferente de escolas regulares. Era tudo adaptado e contava com bastante criatividade para conseguir realizar as atividades. Fazer com que eles fizessem Educação Física sem ter bola. Literalmente sem ter bola, porque era proibido, não podia (P01).

Ao chegar à escola, não sabia o que fazer, perguntei para a diretora e para a supervisora, assim a diretora disse que a antiga professora de Educação Física, tinha alguns jogos em umas caixas, fiquei muito perdida, porém a diretora disse que eles gostavam muito de tangram, e que se eu quisesse, poderia fazer a mesma coisa e dar continuidade ao trabalho da outra professora. Perguntei sobre bola e não tinha bola, então questionei qual era o material que teria para trabalhar? Tinha somente um jogo de dama, e muitos tangrams. Dessa maneira, a diretora disse para dar um joguinho para os alunos, inventar alguma coisa, conversar com eles e passar alguma matéria no quadro, algo sobre Educação Física. Foi me passado, que na sala de aula eles não poderiam levantar da carteira, ter gritaria, e as conversassem, seria o mínimo possível e só relacionado à disciplina, não podia saber sobre a vida pessoal deles e nem falar de mim. A diretora falava de um jeito como se eu não pudesse saber nem o nome dos alunos. Perguntei, eles não podem jogar bola? E em qual lugar iríamos realizar as aulas de Educação Física. Ela respondeu, não pode bola e que as aulas eram na sala de aula. Logo pensei, estou ferrada! Esse era o cenário que eu tinha, ou seja, nada. Não tinha muitas possibilidades, no primeiro dia fiz uma dinâmica de apresentação com eles e precisava de balões, tive que pedir autorização, então, convenci a diretora a liberar o balão e um barbante, para fazer a dinâmica. Perguntei o que eles gostavam o que queriam fazer de Educação Física e o que não gostavam, todos responderam que não gostavam de tangram, e que tinham tido isso no ano anterior. Eles queriam jogar bola, basquete, vôlei, mas não podiam levantar da carteira. Pedi autorização e expliquei o motivo pelo qual queria que eles ficassem em pé, e a diretora autorizou. Nos primeiros dias,

tanto a diretora, quanto a supervisora ficaram no meu pé observando o que estava acontecendo, elas foram chamadas algumas vezes pelo superior da unidade prisional, para falar que eu estava infringindo algumas regras. Falando da parte pedagógica, sabendo das regras e conversando com os alunos, vi que podia levar novas possibilidades para eles, mesmo não podendo usar bola. Lembrei que um dia, tendo uma aula de um professor na faculdade, ele disse que chegou a uma escola e não tinha bola, mas que ele queria muito jogar bola com as crianças, assim ele fez bolinhas de papel e jogou. Perguntei para a diretora se eu poderia fazer as minhas bolas de papel, e a princípio não poderia ser feito, pois não poderiam jogar bola, mas depois foi liberado. Disse que precisava dar uma prova, e que todo bimestre deveria ter duas avaliações obrigatoriamente, além de realizar aulas teóricas. Comecei a teorizar o jogo, e me baseei muito em João Batista Freire, sobre a importância dos jogos, do que é jogar. Não estudei exatamente sobre as aulas de Educação Física no sistema prisional, era tudo muito superficial, muita teoria, tentei estudar uns artigos, mas eu queria que fosse uma coisa interessante para os alunos. Então comecei a adaptar, consegui a bolinha de papel, colocava as carteiras de lado e com os meninos em pé, fazia alongamento, nas aulas levava a bola de papel e jogava vôlei, usava o lixinho para jogar basquete, fazíamos tiro ao alvo, amarelinha em que riscávamos o chão e depois apagava, fizemos guerra de bolinha. Ao conversar com um detento, ele falou que queria muito jogar xadrez, e na época eu não sabia e não conhecia o xadrez. Desse modo, aprendi xadrez de uma semana para outra, para jogar com um aluno da outra escola, quando cheguei ao presídio e outro aluno pediu, não podia recusar, fui atrás da diretora, pedir para ela comprar um xadrez e ela respondeu que não podia comprar, pois não tinha dinheiro e não podia ter jogos de lutas. Disse que ela deveria ter falado antes, porque já tinha feito até tiro ao alvo. Então, fui explicar o xadrez para ela e perguntei se eu pedisse emprestado na outra escola, se ela deixaria levar para jogar com eles. Depois disso, a diretora pediu autorização para seu superior e eu levei o xadrez. Assim, ensinei xadrez para os que não sabiam e para os que sabiam, jogavam xadrez comigo, levei dois xadrez. E foi essa a pedagogia que usei, foi a minha pedagogia. Não tive um autor que me baseasse (P02).

Depreende-se dos relatos as práticas pedagógicas empregadas e o reflexo da formação a qual tiveram acesso as docentes. Existem algumas semelhanças em suas experiências em determinados momentos, porém em outros, uma enorme diferença, quer pelo enfileiramento na ausência de condições de trabalho, a exemplo da escassez de materiais e os limites espaciais e corporais instituídos aos reeducandos.

Todavia, a forma de condução pedagógica, os conflitos para proporcionar saberes e conteúdos, a noção de corpo e o debate a respeito do jogo, a luz das contribuições de João Freire revela o quanto as trajetórias são distintas, diferenciando profundamente a formação pública da privada.

Para P02, dentro das celas de aula era imposta a negação ao corpo, ou seja, uma punição corporal enquanto mecanismo de controle, em que os alunos não podiam se movimentar livremente dentro da sala, sendo uma forma de controle e disciplina. Assim, nas aulas de Educação Física os alunos queriam “jogar bola, basquete, vôlei, mas não podiam se levantar da carteira”, nesse trecho da entrevista

percebe-se a necessidade de movimento, de uma oportunidade de vida para aquele corpo que se encontrava parado em um ambiente pequeno com varias pessoas e sem condições de movimentar-se livremente por estar preso em uma Unidade Prisional.

Ainda relata P02, sobre ser observada pela diretora e supervisora durante a realização de suas aulas, e de ter tido algumas reclamações sobre a “quebra” de regras em relação à movimentação dos alunos durante suas aulas, ou seja, era uma maneira de vigiar e controlar as ações da professora, para posteriormente aplicar uma possível punição aos seus atos. Porém, mesmo tendo alguns contratempos, P02 conseguiu adotar alguns modos de enfrentamento e sobrevivência de sua prática docente, buscando adaptar as atividades e a teorizar os jogos em suas aulas.

Deste modo, o espaço escolar para a realização as aulas de Educação Física em sua maioria é bem pequeno e limitado, porém é o local em que os professores e alunos constroem e consolidam saberes, e assim, auxiliam no processo de ensino e aprendizagem e se tornam um fator de contribuição para a construção de possibilidades pedagógicas.

A partir disso, solicitados que as depoentes descrevam uma sala de aula prisional, qual o espaço disponível e se há materiais auxiliares disponíveis para serem utilizados nas aulas e se pode adentrar com materiais auxiliares numa escola prisional, se existe restrição e quais seriam:

Era uma sala que ficava praticamente cheia, os alunos todos ficavam sentados, poderia ter aulas de dança, música e jogos, desde que não levassem em competição. Precisei trabalhar a cooperação deles para desenvolver a Educação Física, durante os jogos, conseguia colocar dois a três alunos juntos numa mesa para fazer as atividades. Eles aceitavam as atividades propostas. No início foi complicado, porque eles queriam muito saber sobre a minha vida pessoal, e eu não podia expor-me. Conquistar eles demorou um pouco, porém, depois de conseguir, tratava com eles somente assuntos escolares, sem informações pessoais, eles comportam-se bem e faziam todas as atividades. Nos primeiros dias, eles tentavam fazer trocas uns com os outros, e isso não podia ser desenvolvido dentro sala de aula, tive que mostrar que o doce não era um prêmio, e sim a sobremesa individual. Trabalhei com eles para que ao invés de disputar o doce, eles comessem juntos. No começo foi difícil, depois ficou mais tranquilo. As aulas eram realizadas somente nas salas de aula, havia duas salas, compridas, com banheiro, quentes e com pouquíssima ventilação, uma delas tinha uma pequena janela com cerca de 0,40 m por 1,00 m, tudo era muito adaptado. Ao término de cada aula, só o professor trocava de sala, o aluno não tinha permissão para sair ou levantar-se, e se quisesse ir ao banheiro, o professor deveria se retirar até o aluno terminar. Na porta, sempre ficava um agente penitenciário fazendo a segurança. Além disso, tínhamos que usar calças jeans, tênis, blusa e jaleco, não podia utilizar roupas mais frescas. Os materiais auxiliares disponíveis eram lápis, borracha e folha. Se quisesse usar outro material, teria que pedir permissão para a diretoria do presídio. Não era fácil ter essa autorização,

muitas vezes adaptava-se totalmente a atividade, e fazia garrafa de papel, pinos, damas, tudo com o material disponível. Não era permitido usar caneta, só lápis, borracha, cadernos e folhas. Era tudo muito regrado. Havia muitas restrições, materiais que geralmente a Educação Física utiliza em suas atividades como: bola, cone, rede, peteca, apito, arco, bambolê, escada, deslocamento, isso tudo era restrito. Tinha que ter uma autorização que demorava, então acabava adaptando. Como tinha giz, por exemplo, desenhava-se uma escada no chão da sala, depois limpava tudo e deixava organizado. Fazia bingo humano, dama humana, desenhava no chão, pois era tudo dentro da sala, não podia usar a área externa, não era permitido. Eles alegavam que era por segurança, então tínhamos que respeitar. A área externa e o pátio não podiam ser usados (P01).

Muito pequena, com poucas carteiras enfileiradas, a mesa do professor na frente da sala perto do quadro negro, próximo à porta de entrada/saída que era uma grade, tinha um banheiro que ficava dentro da sala. Eram duas salas de aula, uma tinha uma janela muito pequena, e a outra nem janelinha tinha, e o chão era de vermelhão bem simples e não podia ter coisas fixadas na parede, tinha que evitar ao máximo, porém alguns trabalhos precisaram ser fixados na parede. Os professores levam o material para a sala de aula, contados um lápis já apontado para cada um, não podia usar caneta, somente o professor. Os alunos só usavam lápis, borracha e lápis de cor. Levava também um apontador que ficava na mesa do professor. Era uma sala de aula “presa”, porém dentro dela conseguimos algumas possibilidades. Conseguimos transformar essa sala em uma escola, em um pátio, em uma quadra. Era uma sala de aula pequena, com pouca ventilação. Não poder usar material nenhum, e foi bem complicado. Não podia usar bola! No primeiro dia, vi que era difícil levar algo novo para eles e por isso, professores antigos faziam na maioria das vezes tangram com os alunos, não trabalhavam outras possibilidades com eles, pois não tinha espaço e materiais. A entrada de materiais auxiliares era só com autorização da direção do presídio, há várias restrições (P02).

Destacar as diferentes e similitudes entre os relatos. Há muitas questões, por exemplo, a asseveração de P 02: “Conseguimos transformar essa sala em uma escola, em um pátio, em uma quadra”. Enquanto P 01 se assujeita com a realidade impetrada, a P 02 opera nas frestas das oportunidades, indicando reflexos formativos, seja da formação inicial, seja da continuada.

Interrogadas em relação ao planejamento ensino – essencial para sistematizar as atividades a serem desenvolvidas durante o período escolar –, as depoentes enunciam como eram seus planejamentos e sobre a função da Educação Física nas escolas prisionais da seguinte maneira:

Ao mesmo tempo em que se tem o intuito do esporte, temos o de educação também, e no sistema prisional é a mesma coisa, pois por meio do esporte conhecemos as pessoas, os seus sistemas, e assim conseguimos trabalhar junto ao comportamento delas. Isso quer dizer que o esporte, mesmo sendo visto como competição, ter jogos, em que uns irão vencer e outros vão perder, eles não devem ser agressivos, devendo mostrar que a agressividade é proibida. Dessa forma, tudo poderia ser trabalhado, sendo a função da Educação Física no sistema prisional, contribuir com a educação do ser humano e o respeito que ele deve ter com o próximo (P01)

Nossa! Essa pergunta pegou-me, porém em minha opinião a Educação Física na escola prisional é o momento para cada um conhecer e explorar seu potencial como pessoa. É algo muito além de sentar, ouvir ou escrever sobre o corpo e movimentos, mesmo sendo solicitado que a disciplina fosse algo mais teórico, quis explorar os movimentos, o brincar, jogar, propor coisas diferentes como, por exemplo, aulas de flexibilidade, e trabalhar a cultura corporal. Porém, não sei lhe dizer o que consta nos documentos oficiais a esse respeito. Creio que a Educação Física seja realmente o movimentar e divertir-se, momento de lazer, entretanto, não um lazer solto e jogado e sim mediado (P02).

Para P02 a função da Educação Física nas escolas prisionais serve como espaço de formação humana, fomentado a partir dos conteúdos relativos à cultura corporal, assim corrobora com Betti (2013), que tem como finalidade da Educação Física escolar a formação de indivíduos que possam usufruir, compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais do exercício da motricidade humana.

Já P01, é genérica e pouco convincente, ao tratar do objeto de ensino da Educação Física, se limita ao esporte. Além disso, incorre numa separação discursiva entre Educação e Educação Física como se a mesma não compusesse o tecido de formação humana, tematizando a linguagem cultura corporal. Concordando com o exposto, para Custódio (2018), as aulas teóricas adquirem espaço, sendo ministradas sobre diversos assuntos como primeiros socorros, alimentação, doenças crônicas e saúde. Além de alongamentos, trabalhos com o ritmo, através de sons emitidos pelo corpo, e, ainda, práticas manuais como artesanatos e dobraduras com papéis. Observa-se que as definições das entrevistadas não são parecidas, porém existem autores que compartilham das mesmas ideias que ambas.

Ao serem questionadas sobre como planejavam suas aulas, sobre sua organização, conteúdo a ser ministrado, aporte teórico utilizado e se recebeu ou não apoio pedagógico, responderam o seguinte:

Eu organizava as aulas de acordo com o horário, duração de cinquenta minutos de aula e sempre com três momentos. Primeiro momento era a receptividade, recebia sempre os alunos com música, uma brincadeira. Pensava que por se tratar de jovens e adultos, e por estarem naquela situação, não iriam gostar das atividades, então tinha todo um processo de acolhimento. Segundo momento, já era um processo de desenvolvimento, em que as atividades eram realizadas. Durante esse período, fazíamos danças, músicas, teatros, e eles gostavam muito e entravam nas brincadeiras e jogos. E no terceiro momento tinha a volta à calma, em que procurava estabilizar eles novamente, trazendo eles ao ambiente que eles se encontravam e a sua realidade, seu retorno às celas, tendo mais respeito ao próximo. Eu tinha planejamento de ensino e dividia ele em: semanal, mensal e anual. O planejamento anual foi feito pela professora efetiva, e a partir dele, fiz o semanal e o mensal, pois só estava substituído-a. Baseei-me na BNCC. Claro que tinha algumas adaptações. Na escola tinha diretora e supervisora, não

tinha coordenadora. Entregava o planejamento de ensino e elas verificavam, quando havia alguma dúvida, era chamada para explicar e ajustar caso fosse necessário. Conteí com todo apoio pedagógico que precisava, sempre pedia apoio, pois gosto de opiniões diferentes, tanto relacionadas às aulas, quanto aos planejamentos. Nas aulas dentro do sistema prisional, nós podemos trabalhar quase todos os conteúdos, como: esportes, danças, lutas, artes marciais, jogos, atividades cantadas, teatro e musicalização, porém todos esses tem que ser adaptados para o sistema, o primeiro ponto a analisar e a questão de vencer, ou seja, eu não posso competir com o outro, então tudo tem que ser trabalhado como cooperação. Nesse sentido, posso trabalhar, por exemplo, lutas e artes marciais, se a diretoria do presídio estiver de acordo com o planejamento de ensino, juntamente à diretoria da escola prisional. Dessa maneira, podemos desenvolver quaisquer conteúdos mediante autorização, e assim conduzir a atividade de forma cooperativa. Na escola os alunos devem aprender o que fazer e o que não fazer, eles não são excluídos e são incentivados a trabalhar o seu retorno à sociedade. Considero como ponto forte nos conteúdos a serem trabalhados na sala de aula a inclusão e a cooperação (P01).

A partir de uma conversa com os alunos na primeira aula, montei o planejamento levando muita brincadeira e coisas que eles queriam sem descumprir as regras da escola. Era necessário passar algo teórico para eles, pois tínhamos que realizar duas avaliações bimestrais, porém eu não fazia nada escrito, conversava sobre alguns temas e usava os mesmos nas provas. O espaço era pequeno, mas planejava possibilidades de jogos, com o intuito de levar algo novo e divertido para eles, pois se sentiam limitados, tudo era proibido e não possuíam muitas maneiras de se movimentar além do andar, deitar e se sentar no presídio. Por isso, quis levar esses movimentos com alegria e prazer para eles. Havia planejamento de ensino. Queria que as aulas fossem dinâmicas e gostosas de fazer. Alguns alunos eram bem resistentes e não queriam fazer, só queriam ficar sentados, mas depois eles viam que era divertido. Falávamos e ríamos muito, mesmo não podendo. Esses momentos serviam para extravasar as nossas emoções alegres. Baseei-me em João Batista Freire, que falava sobre o jogo e a ludicidade do jogo, estudava e adaptava os jogos, pegava as regras oficiais de determinados jogos realizados em quadra e adaptava as regras e o jogo ao espaço que tinha disponível para a realização das aulas, que era a sala de aula pequena. Fizemos vários jogos e brincadeiras em sala de aula, inclusive futebol adaptado usando bola de papel, pois precisava seguir as normas impostas pelo sistema. Realizávamos jogos no quadro, como jogo da velha, adivinhar palavras stop e força, e era muito interessante, pois alguns alunos não conheciam algumas palavras e exploramos muito isso, aprendemos muitas palavras diferentes juntos, levei até um dicionário para a sala. Aproveitávamos palavras relacionadas às outras disciplinas, e quem adivinhava o maior número de palavras na força, escolhia um jogo para a próxima aula, geralmente era o futebol ou queimada com bola de papel. Considerava minhas aulas multidisciplinares, pois falávamos sobre vários conteúdos relacionados a outras disciplinas, era uma grande oportunidade de aprendizagem mútua. Na turma havia um senhor que queria escrever uma carta para seu filho, este iria se formar. O aluno tinha dificuldades, porém queria escrever as palavras de forma correta, usamos o jogo de força para ele aprender palavras para colocar na carta. Mesmo não podendo conversar coisas pessoais com eles, alguma vez queriam e precisavam desabafar e por alguns motivos a aula virava uma terapia, eu os ouvia e eles me ouviam e por diversas vezes não conseguia cumprir o planejado para o dia, pois íamos conversar e quando estavam muito animados, buscava mudar o planejamento para realizar uma atividade mais calma, pois sempre havia um plano B. No início não tinha supervisora e a diretora seria esse apoio inicialmente, porém a mesma somente disse para que continuasse usando o tangram e colocando matéria escrita no quadro. Com a chegada da supervisora me senti um pouco mais apoiada, porém nada me foi

passado, nenhuma referência pedagógica ou modelo pedagógico a ser seguido. Eu simplesmente dizia o que gostaria de fazer, justificava o motivo e elas autorizavam ou não a atividade proposta, esse era o apoio que recebia. Não havia nenhum autor ou referência bibliográfica que falava-se especificamente da educação prisional, muito menos da Educação Física escolar prisional. Mas ficava satisfeita com o meu trabalho, pois percebia neles a resposta sobre o trabalho, por meio do interesse e da interação deles pelas atividades, mesmo sendo necessário ser criativa, adaptar e ressignificar todas as atividades diariamente. Era gritante a diferença e o descaso pedagógico com a nossa disciplina, a Educação Física era vista somente como joguinhos e passatempo, mesmo sendo uma disciplina curricular obrigatória. A escola é um lugar de ressocialização e depois de um tempo eles voltarão à sociedade, então queria ensinar a eles a partir dos jogos e brincadeiras a compartilhar uns com os outros, pois muitos podem não ter aprendido isso antes. Na escola, a rotatividade de alunos era muito grande, e isso dificultava em relação ao processo de adaptação e “conquista” deste novo aluno, tudo começava de novo. Para irem à escola, eles precisavam passar uma “seleção” com alguns profissionais, entre eles psicólogos, isso dava uma maior segurança. Quase todos os conteúdos podem ser trabalhados, como por exemplo: jogos cooperativos, brincadeiras, música (P02).

Segundos os relatos acima, P01 organizava suas aulas, conforme o tempo disponível e dividia a mesma em três momentos, tinha seu planejamento semanal e mensal e se baseava somente na BNCC, utilizando algumas adaptações. Neste trecho da entrevista P01 entra em contradição ao falar que recebeu o suporte necessário para o desenvolvimento de suas atividades. Pois, de acordo com sua fala em outra pergunta, a mesma discorre sobre as dificuldades e morosidade nas autorizações para utilizar materiais não disponíveis na escola. Quando relata sobre os diversos temas dentro da sala de aula e que todos podem ser trabalhados nas aulas de Educação Física, mediante autorização, a entrevistada entra em discordância novamente, pois conforme P01, as autorizações demoravam muito para serem aceitas e com isso, as atividades eram adaptadas por falta de materiais próprios e por falta da autorização. Além disso, ao trabalhar alguns na escola prisional, P01 deveria desenvolver atividades de forma cooperativa, pois a competição era proibida.

Já P02, desenvolveu suas aulas a partir de uma conversa no primeiro dia de aula com os alunos, sempre tentava levar algo novo para as suas aulas, sem descumprir as regras estabelecidas, desenvolveu atividades lúdicas, alegres e divertidas com seus alunos, e se deparou por alguns momentos com alunos mais resistentes a suas práticas, e que, porém após algum tempo, acabaram se rendendo as atividades. Baseou-se em João Batista Freire e adaptava regras e jogos. P02 considerava suas aulas multidisciplinares, pois abordavam diversos assuntos e saberes diferentes. Observa-se que a entrevistada em sua fala, também relata sobre o grande descaso pedagógico que sua disciplina sofria, pois era considerado somente como joguinhos e passa tempo, além da enorme

dificuldade em desenvolver seu trabalho pedagógico devido à alta rotatividade de alunos. Nesse viés, P02 diferentemente de P01 não se considerava muito apoiada pela direção da escola e se sentiu melhor com a chegada da supervisora, além de considerar que não eram todos os conteúdos que poderiam ser trabalhados nas aulas, discordando de P01, que em uma de suas narrativas menciona que todos os conteúdos poderiam ser trabalhados.

Ambas entrevistadas apontam a importância da escola no processo de ressocialização dos alunos reclusos.

Em relação às restrições de conteúdos e/ou atividades e necessidade de adaptação de atividades das aulas responderam:

Na unidade que trabalhei, as restrições eram as bolas, porém poderíamos fazer bolinhas de papel, caso precisasse fazer uma dinâmica. Alguns jogos, lutas, artes marciais e letras de músicas eram analisados, assim para saber se seriam restringidos ou não. Com as músicas, eram criadas paródias com o mesmo ritmo e alterando a letra. Foi necessário adaptar todas as atividades. A única atividade que não era adaptada era a aula teórica, tanto no material usado como na execução (P01).

Muitas atividades eram restritas como os jogos com bola, lutas e jogos de competição. E todas as atividades tinham que ser adaptadas de alguma maneira (P02).

Ambas concordam em relação às restrições de conteúdos e/ou atividades e em relação às adaptações, pois além dos materiais também são observadas algumas restrições segundo a estratégia didática do professor, não sendo permitidas nas aulas de Educação Física atividades competitivas, tampouco propostas as quais nutram disputas entre os reeducandos, sendo mais um desafio para as professoras.

Relacionado prática pedagógica desenvolvida no ambiente prisional, fizemos algumas perguntas para conhecer mais sobre o trabalho realizado nessas escolas, a seguir os relatos das professoras sobre a relação entre ensino/aprendizagem, unidades didáticas (conteúdo) cujo desenvolvimento logrou êxito, método avaliativo, metodologia adotada, envolvimento dos reeducandos nas atividades e aulas, adversidade para a realização da prática de ensino, relação professor/reeducandos, avaliação da experiência vivenciada e se faria algo diferente.

Era uma oportunidade imensa, alguns tinham interesse na educação e queriam estudar, outros já visavam somente à exclusão do tempo de pena. Em momento algum tive problemas com o comportamento deles, todos eram tranquilos e me receberam de braços abertos e não distorceram conversas. Dava para perceber o interesse deles nas aulas e na redução de pena simultaneamente, mesmo dos alunos mais aplicados. A única atividade que

consegui finalizar totalmente e que foi arquivada pela escola, foi uma paródia. Como os alunos não podiam levar material para as celas, eles pensavam sobre o tema e ao voltar para a sala de aula no outro dia, reescreviam suas ideias para a paródia. Como as aulas eram duas vezes por semana, consegui finalizar o trabalho depois de um bom tempo. Fizemos a paródia e uma dança da mesma paródia, os alunos montaram grupos entre eles para apresentar a atividade. Passava avaliação individual do aluno, e a partir da avaliação individual eles já fechavam a avaliação diagnóstica. Avaliava a partir da participação dos alunos em sala de aula. Dei preferência para a parte prática e por isso dava pouca matéria teórica. Não sei falar, mas acho que havia avaliação em larga escala sim, porém não era passada pelo professor. A metodologia dependia muito do momento da aula, sempre usei cada um no seu lugar, respeitando o espaço do outro, por que se eu encostasse, no outro já era motivo de confusão. Então, a minha metodologia era: respeite o seu lugar, a sua carteira e o seu cantinho, só vai sair daquele canto com a minha autorização. A primeira coisa que tinha que ter era a minha segurança, havia turma com vinte e um alunos, eram vários reeducandos e todos homens com uma mulher dentro da sala. A participação na Educação Física era praticamente cem por cento, todos participavam, no dia que tinha aula de educação física todos os alunos desciam, era o dia da semana que ficava mais cheia a sala, nos outros dias alguns não desciam. Eles gostavam, porque era o momento deles extravasarem um pouquinho. Tinha dias que poderia dar aula e outros que não, até por questão de higienização deles, às vezes estávamos dentro da sala de aula e tínhamos que terminar a aula com apenas dez minutos de seu início, pois algo tinha acontecido e por isso éramos retirados da sala de aula. Isso atrapalhava um pouco, pois não dava para dar continuidade, mesmo tendo um agente vigiando. Nesses casos todos tinham que voltar para suas celas. A relação entre professora e aluno Foi bem tranquila, porém não no início. Queriam saber onde eu morava? O que fazia, além de dar aula? Quem era minha família? De onde eu era? Precisava cortar, mas de um jeito carinhoso, assim vão te considerar como um amigo, como um aliado, como uma segurança maior, pois eles têm o professor como uma pessoa de confiança. E depois adquirir essa confiança ficava tudo muito tranquilo, o respeito era enorme, não alteravam o tom de voz, não falavam gírias como eles costumam falar dentro das celas e quando escapava alguma, já cortava. Considero uma experiência muito válida nunca imaginei que no sistema prisional teria uma escola, essa experiência que tive, mostrou, abriu e clareou a minha mente. Pois, às vezes, achamos que eles não podem ser inseridos novamente junto à população. Mas não, existem os prós e os contras, e aqueles que realmente querem ser inseridos e aqueles que não. Muitos caem na cadeia por vontade própria e precisam escolher se querem ou não ser incluídos e voltar de novo à sociedade. Por fim, a escola dentro do sistema é muito válida, eles possuem capacidade, basta estarem no caminho da inclusão e não da exclusão. Sim, faria. Tentei realizar quatro atividades, porém consegui fazer apenas uma. Foi uma palestra relacionada à nutrição, em que realizamos um trabalho sobre a importância da alimentação, e sobre o que eles estavam comendo dentro do presídio. Levei uma nutricionista para dar essa palestra e explicar sobre os alimentos, a forma de se alimentar tanto dentro como fora do presídio, a importância dos alimentos e sobre os alimentos transgênicos. Essa foi a única palestra que consegui levar. Em sala de aula, fizemos uma avaliação para saber se a alimentação fornecida para o presídio era ou não balanceada, e depois de avaliar descobrimos que sim, porém a quantidade não era adequada. Tudo era bem controlado e a quantidade que os detentos recebiam era a mesma dos professores. O que eu mudaria? Tem tanta coisa. A forma de aplicação do sistema, pois existe o seguinte ponto, em que passamos pela vida do aluno, por um momento e depois eles vão para seus lugares, casas e esquecem que aquela pessoa era o professor. Então, tentaria mudar a forma que eles acolhem aos professores, poderiam ser mais agradáveis. Conseguir dentro da escola, trabalhar de forma mais ampla, poder

vivenciar algumas situações para conseguir saber a reação dos alunos e mostrar a realidade. Fazer as aulas práticas em local aberto seria mais fácil, pois com eles fechados em uma sala fica muito mais difícil. Claro que isso contando com toda a segurança do presídio, pois precisamos resguardar todos que trabalham no local. Alguns detentos conseguiam ter um pouco mais de liberdade, eles limpavam as salas e a unidade prisional, queria que nas aulas tivesse essa liberdade, fosse um momento mais aberto. Tentei várias vezes, fazer algo diferente, mas fui bloqueada, não consegui (P01).

Aprendemos muito juntos, conseguimos desenvolver em nossas aulas a socialização, o respeito ao outro e ao espaço de cada um. Aprendemos muito jogando e brincando. Por menor que fosse o espaço fornecido para as aulas, conseguimos criar possibilidades para a realização dos trabalhos, respeito ao próximo e ao espaço por menor que fosse, o usamos de forma pedagógica. Adorava quando chegava à sala de aula e os alunos falavam sobre assuntos que eu não entendia e assim eles me ensinavam, acho que aprendemos muito assim, trocando saberes e aprendizagens, foi o maior aprendizado nosso na escola, levamos a dignidade a eles. A unidade didática que mais logrou êxito com certeza foram os jogos e as brincadeiras eram os conteúdos que eles mais gostavam principalmente os jogos diferentes que eu levava como o hóquei e tiro ao alvo, ambos adaptados. Avaliava-os de acordo com a participação, além de realizar duas avaliações bimestrais obrigatórias. As avaliações eram da seguinte forma: escolhia um jogo e com base nele e em suas regras oficiais criava-se perguntas sobre o tema escolhido, levava então, um pequeno texto sobre o tema e um pequeno questionário, as respostas eram encontradas no próprio texto, não tinha conteúdo específico. Não vou saber te responder, sobre qual a metodologia adotada eu fazia muita atividade adaptada e ressignificava às aulas, mas é muito difícil essa pergunta, não vou saber responder mesmo. Os reeducandos participavam ativamente da aula. Eles estavam totalmente engajados na aula, tirando o primeiro dia em que nos conhecemos e que eles ficaram inicialmente desconfiados, depois eles participaram de todas as brincadeiras, conversas, até o que eles não gostavam, eles faziam. Havia muita adversidade sim, principalmente ao ter que pedir autorização para todas as atividades e materiais diferentes que queria utilizar nas aulas. A relação professor/reeducandos era uma relação de respeito e aprendizagem mútua. Considero a experiência totalmente válida, aprendi demais e tenho certeza de que ensinei muita coisa também, foi uma grande troca de aprendizagem. Consegui mediar momentos de dignidade e felicidade para eles. Valeu muito a pena, tanto que fiquei extremamente triste com o fim da escola, cheguei a chorar por não ter mais escola no presídio, estou doida para a escola voltar, quero ser a primeira a estar e entrar lá. Faria algumas coisas diferentes, chegaria ao primeiro dia sem medo, entraria segura. Só faria o primeiro dia diferente, pois o que aprendi naquela escola fez valer a pena cada minuto, a ponto de não me arrepender de nada, e ter a certeza do trabalho que fiz. Consegui mostrar para eles, que eles eram dignos e capazes (P02).

Para P01 a escola na unidade prisional era uma grande oportunidade para o aluno recluso que realmente tinha a intenção de estudar, relata que em nenhum momento teve problemas de comportamento dentro da sala de aula, observou que o interesse dos alunos não era apenas na educação como também na redução de pena.

Ao decorrer de seu tempo como professora na escola prisional, P01 fala que conseguiu finalizar totalmente uma única atividade com seus alunos, pois sempre

aconteciam imprevistos na unidade prisional e os alunos só podiam realizar as atividades em sala de aula.

Conta que dava avaliação individual e que também avaliava a participação dos alunos, pois dava bastante atividade prática. Sua metodologia de ensino dependia muito do dia e do momento da aula, porém prezava pelo cada um no seu canto e respeitando o espaço do outro, pois essa era uma maneira de zelar também ela sua segurança.

O envolvimento dos alunos em suas aulas era praticamente cem por cento como conta, e sua relação com os alunos era muito tranquila, ainda mais após um tempo de convivência.

P01 considerou sua experiência muito válida, porém tudo era muito restrito, ao ser questionada sobre o que mudaria, P01 diz que gostaria de trabalhar de uma forma mais ampla, realizar algumas práticas em local mais aberto e amplo, e ter mais liberdade para trabalhar com algumas atividades em sala de aula.

Já para P02, suas aulas conseguiram desenvolver a socialização, o respeito ao outro e ao espaço de cada um, e que aprenderam muito através de brincadeiras e jogos. Adorava aprender coisas novas com os alunos e as atividades que lograram êxito em suas aulas, foram os jogos e as brincadeiras adaptadas.

P02 também avaliava seus alunos através de provas e participação nas aulas, conta que seus alunos eram participativos e muito ativos nas atividades. Além disso, P02 relata que se tivesse autorização para usar alguns materiais, suas aulas seriam ainda melhores. Por fim, P02 considera a experiência vivenciada totalmente válida e que só mudaria a forma que chegou a seu primeiro dia na escola prisional.

Há dificuldade em realizar ou finalizar práticas pedagógicas nas escolas prisionais, pois na maioria das vezes, a organização e o planejamento do trabalho do professor fica dependente de autorização e da organização do trabalho da segurança da unidade prisional, o que impede de realizar determinadas atividades e com isso causa frustração e insatisfação aos docentes. O que pode interferir e limitar de forma direta na elaboração de determinadas práticas, principalmente nas aulas de Educação Física.

Fechando as entrevistas, buscou-se cotejar a visão das depoentes em relação a escola no ambiente prisional, perscrutando se acreditam no potencial ressocializador da escola na vida desses alunos, quais seriam as alternativas para melhorar o ensino prisional e como avaliam a escola prisional na qual trabalharam. Vejamos os relatos doravante.

Sim, considero a escola no ambiente prisional muito válida para os alunos. Acredito sim no potencial ressocializador da escola prisional. Em todos os pontos pode melhorar, porém ter mais professores de Educação Física trabalhando ao mesmo tempo já daria uma maior segurança, mais agentes penitenciários para poder ajudar e creio que se separasse o agente do presídio de um agente penitenciário exclusivo da escola, que ficasse só por conta dos reeducandos, melhora noventa por cento, pois ele já estaria em um ambiente de acolhimento. Avalio a escola prisional que trabalhei como uma excelente escola para se trabalhar, foi uma escola que em todos os momentos acolheu todos os professores da mesma forma, sem diferenciação e sem preferência. Todos os professores e funcionários da escola acolheram os alunos da mesma forma que um aluno de uma escola regular, tendo todo respeito. Foi uma escola cem por cento (P01).

Acredito na educação e na educação pública de qualidade, pois a partir dela podemos ter aprender, e por isso, considero a escola no presídio muito importante e tem que existir, pois o conhecimento é importante para todos. Em minha opinião, um presídio que não tem escola é quase morto, pois ainda existem alguns trabalhos artesanais que também podem ser considerados como trocas de conhecimentos e nada mais. Porém, podemos considerar que as trocas de saberes e aprendizagens na escola são diferentes, e por que estou falando isso, porque tinha um menino que aprendeu a ler e escrever dentro da escola prisional, e depois ele conseguiu fazer um curso de enfermagem mesmo estando preso, ele tinha autorização para ir ao Impacto nas aulas. Então, podemos dizer que a escola não é válida no ambiente carcerário? Lógico, que é válida, ela pode transformar o ser humano, se ele quiser. O aprendizado não é morto, ele é vivo. Gostaria de trazer um monte de autores, mas não consegui trazer nenhum um autor para citar. Mas, posso me trazer como autora, e te falar isso: a escola é viva, a escola traz vida e um conhecimento para além do português e da matemática, que vai te ajudar muito, vai te ensinar a ser uma pessoa melhor. Porque em todos os níveis de escola que eu passei, eu me tornei um ser humano melhor. Como ser humano, acredito na escola, uma escola transformadora, capaz de transformar as pessoas. Acredito muito no papel ressocializador da escola. Infelizmente como não tem mais escola e mesmo não sendo obrigatória aos detentos, creio que perdemos muitas pessoas, muitos jovens que poderiam estar aprendendo, ressocializando e se transformando em pessoas melhores. Pois, se quero ir para escola, eu quero aprender. E se eu aprendo, eu me transformo numa pessoa melhor. Com certeza a escola ressocializa as pessoas. Para melhorar o ensino prisional primeiro deve-se acreditar na educação, segundo acreditar no poder transformador dela, terceiro acreditar nos reeducandos e no trabalho do professor. Acho que são esses três pontos, que levam a educação. A escola que trabalhei tinha muitos defeitos, mas avalio como excelente, pois cumpria o papel dela. Além das qualidades serem superiores aos defeitos, ela ensinava, dignificava, buscava ajudar, por mais alunos que estivéssemos. Nós conseguimos fazer um trabalho de libertação pedagógica. E esse era o papel da escola, libertar (P02).

As entrevistadas concordam em dizer que as escolas nas unidades prisionais são totalmente válidas para os reeducandos, porém que possuem diversos pontos a serem melhorados. Com isso, P02 considera que mesmo sendo espaços educacionais, as escolas prisionais possuem trocas de saberes e experiências diferentes das demais escolas regulares, P01 diz que poderia ter mais professores de Educação Física trabalhando de forma simultânea na mesma sala de aula, e que garantia uma maior segurança em sua opinião.

Ambas entrevistadas avaliam a escola que trabalharam como excelentes, P01 fala que a escola acolheu tanto os professores, como funcionários e alunos da mesma forma que uma escola regular, já P02 afirma que mesmo sendo uma escola com diversos defeitos, conseguiu cumprir com seu papel, e que as qualidades eram superiores aos defeitos.

Em se tratar de ressocialização as entrevistadas são unânimes em dizer que acreditam no potencial ressocializador da escola na vida desses alunos.

Assim mesmo que a formação escolar prisional seja considerada como um enorme desafio, ela possui um papel fundamental para a ressocialização dos jovens e adultos privados de liberdade, além de contribuir para a diminuição de penas dos mesmos. Dessa forma, a Educação Física é mais um instrumento para esse processo, pois através dessas aulas muitos alunos descobriram e aprenderam muitas coisas junto aos seus professores.

A formação escolar no ambiente prisional é considerada um grande desafio enfrentado por todos os agentes atuantes no sistema prisional, porém todos possuem um papel fundamental de integrar saúde e reinserção social dos jovens e adultos privados de liberdade (ROSENAU, 2018).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, este estudo visou compreender o modo com o qual os professores de Educação Física organizam e desenvolvem o trabalho pedagógico no sistema prisional. E com isso, identificar quais são os dilemas e desafios para o ensino da Educação Física nesse ambiente, ao passo de cotejar suas (im) pertinências.

Contudo, podemos compreender cuja organização e o desenvolvimento do trabalho pedagógico no ambiente prisional e algo bem diferente do visto em escolas regulares.

Muitos pontos podem ser modificados e até mesmo melhorados, tendo em vista a principal função da escola prisional, qual seja: a reinserção desses alunos à sociedade mediante ressocialização.

Assim sendo, a educação um direito garantido por lei, no sistema prisional isso não é diferente, os indivíduos privados de liberdade que possuem interesse em voltar a estudar, após passarem por alguns trâmites dentro das unidades prisionais, são encaminhados para as escolas, com o intuito de estudar, aprender e conseqüentemente uma remição por estudo.

De acordo com este trabalho, para as entrevistadas suas formações acadêmicas deixaram a desejar, pois de acordo com suas falas, a graduação em Educação Física não apresentou assuntos relacionados à Educação Prisional, o que gerou insegurança ao aceitarem trabalhar em uma dessas escolas. Observa-se que apenas P02 teve disciplina relacionada à EJA em sua graduação em Pedagogia. Sendo assim, o primeiro grande desafio encarado pelos docentes, se dá pela falta de disciplinas e informações em suas graduações a respeito da EJA e educação prisional.

Percebemos que as professoras ao participarem de contratos temporários para as vagas na unidade prisional, passam por algumas dificuldades para a realização da prática pedagógica, tendo em vista a curta duração dos contratos, a continuidade ou não do trabalho do professor anterior, a adaptação ao ambiente e aos alunos, a falta de suporte adequado, além da alta rotatividade de alunos e docentes.

Não contaram com uma adequada ambientação nem curso relacionado à docência no sistema prisional, por isso consideram muito importante a inserção desses temas à formação dos futuros profissionais em educação, para que não sejam pegos de surpresa.

Dessa maneira, por mais que a escola prisional seja um ambiente rodeado de preconceito, receios e medos. Após conhecer e se ambientar ao local, regras e procedimentos de segurança, os docentes e outros profissionais envolvidos, se sentem mais seguros e juntamente com o comprometimento e bom relacionamento entre professor e alunos reclusos, fazem com que o professor consiga realizar algumas práticas e aulas, mesmo de forma adaptada, reutilizando e criando materiais, ressignificando brincadeiras e atividades para chamar a atenção de seus alunos.

Porém, nota-se a divergência entre as definições de Educação Física entre as entrevistadas, P01 limita a Educação Física ao esporte, já P02 percebe a Educação Física como espaço para a formação humana. Sendo assim Custódio (2018) e Betti (2013) são autores que concordam respectivamente com as entrevistadas.

Além disso, existem algumas semelhanças em suas experiências como o enfrentamento na ausência de condições de trabalho, a exemplo da escassez de materiais e os limites espaciais e corporais instituídos aos reeducandos. Já ao se tratar da forma de condução pedagógica, os conflitos para proporcionar saberes e conteúdos, a noção de corpo e o debate a respeito do jogo, a luz das contribuições de João Freire revelam o quanto as trajetórias são distintas, diferenciando profundamente a formação pública da privada.

Devemos destacar que mediante toda adversidade, o potencial ressocializador da escola prisional existe e muitos professores que vivenciam ou já passaram por esta experiência profissional acreditam no potencial da educação na vida de uma pessoa e que é possível ter mudança.

Por fim, podemos compreender, em alguma medida, da organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física no sistema prisional, constatando diversos desafios e (im)pertinências, muitas delas diferentes das averiguadas nas escolas regulares, pois a atuação desses docentes ocorre em ambientes pequenos, limitados e com poucas possibilidades de trabalho, demandando uma maior inventividade e enfrentamentos para o desenvolvimento da prática pedagógica, sendo necessário adaptar quase todas as propostas, em virtude de inúmeros fatores internos e externos a sala de aula.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. R. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, I. B; PAIVA, J. (orgs.), Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ANDRADE, R.I.C.; CRISTINA, D.S. **Educação Física no Ensino Superior - Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica**, 2ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2006. 978-85-277-1972-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-1972-8/>. Acesso em: 05 Jul 2021
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BESSIL, M. H. **A prática docente de educação de jovens e adultos no sistema prisional: um estudo da psicodinâmica do trabalho**. 2015. 217f. Dissertação (Mestrado em Psicologia social e Institucional) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151399/001010068.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- BETTI, M. **Educação Física escolar: ensino e pesquisa-ação**. 2ªed. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.  
Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em fevereiro de 2021.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 4/2010**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC/CNE/SECAD, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948  
Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em março de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971** - Revogada pela Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009)>
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal – 1984. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm) >. Acesso em março 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.433/2011.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm)>. Acesso em fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.626/2011.** Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm)>. Acesso em agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172,** de 9 de janeiro de 2001. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 01 CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000**  
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 02 de 19 de maio de 2010 do Conselho Nacional de Educação.**  
Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em março de 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 03 de 11 de março de 2009 do Conselho Nacional de Educação.**  
Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category\\_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em março de 2021.

CUSTÓDIO, Glauber Cesar Cruz. **A educação física em “celas de aula”: possibilidades e desafios de professores iniciantes atuantes em unidades prisionais.** Mariana/ MG. 2018. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10795/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Educa%C3%A7%C3%A3oF%C3%ADsicaCelas.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10795/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Educa%C3%A7%C3%A3oF%C3%ADsicaCelas.pdf)>

DE, S.A.R.; VIVIANE, G. **Educação de Jovens e Adultos.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. 9788595020535. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020535/>>. Acesso em: 26 Jul 2021

DIORO, T. A. **Entre o ensino e a ressocialização: práticas de professores de ciências na educação prisional no município do Rio de Janeiro.** 2017  
Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31103/31103.PDF>>. Acesso em março de 2021

FENSTERSEIFER, P. E. **Educação Física Escolar Política, Currículo e Didática.** Editora Unijuí, 2019. 9788541902847. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902847/>>. Acesso em: 25 Jul 2021

FINCK, S.C.M.A. **Educação Física e o Esporte na escola: cotidiano, saberes e formação.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito.** Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, Dec. 2016. Disponível em: [6767%67https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt). Acesso em 02/06/2021.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5 ed , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

IRELAND, T. **Educações em prisões no Brasil: direitos, contradições e desafios.** Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39,2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/252>.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal.** Anais...Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_35/elionaldo.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf)

LAFFIN, M. H. L. F.; NAKAYAMA, A. R. **O Trabalho de Professores/as em Um Espaço de Privação de Liberdade.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 155-178, jan./mar., 2013. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod\\_resource/content/1/Lud\\_And\\_ca\\_p3.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_ca_p3.pdf)

MAEYER, Marc de. **Na prisão existe perspectiva da educação ao longo da vida? In:** Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006. 18-37p.

MAEYER, Marc de. **A educação na prisão não é uma mera atividade.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/30702/2432>.

MARTINS, A. T. O; AGLIARDI, D. A. **A legislação de educação de jovens e adultos a partir da constituição federal de 1988.** In: Anais do seminário Diálogo com a educação: desafios da EJA contemporânea. 2013

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

OLIVEIRA, Ivanilton Carneiro e Suzana Alves Nogueira Souza. “**O professor de Educação Física dentro do contexto da educação presidiária.**” A Interlocação de Saberes na Formação Docente 2 (2019). Disponível em:  
<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-54922-30112018-154743.pdf>

ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. **A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2013. Disponível em:  
54455445%5445%5445<https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGnKcrs5L/?lang=pt&format=pdf>

PAIVA, Jane. **Conteúdos e metodologia: a prática docente no cárcere.** In: Salto para o futuro: EJA e educação prisional. São Paulo, 2007. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja\\_prisao/saltopfuturo\\_edprisonal.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisonal.pdf)

PEREIRA, Antonio. **A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas.** Revista de Educação Popular, Uberlândia, MG, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20214/10790>.

PRADO, Alice Silva do. **Educação nas prisões: desafios e possibilidades do ensino praticado nas Unidades Prisionais de Manaus.** 2015. 106 f.: il.; 31 cm. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5521/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Alice%20Silva%20do%20Prado.pdf>

REN, **Regulamento e normas de procedimentos do sistema prisional de Minas Gerais.** 2016. Disponível em:  
<http://www.depen.seguranca.mg.gov.br/images/Publicacoes/Subsecretariadeadministracao/Regulamento-e-Normas-de-Procedimentos-do-Sistema-Prisional-de-Minas-Gerais-28.pdf>

ROSENAU, Nanderson Rafael. **Práticas de Educação Física no cárcere: tecnologias digitais como recurso pedagógico.** 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes\\_teses/2019/mar2019dissertacao\\_nanderson\\_rosenau.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/2019/mar2019dissertacao_nanderson_rosenau.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernández.; COLLADO, Carlos Fernandes.; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa.** 5 ed. Dados eletrônicos - Porto Alegre: Penso, 2013.

SIQUEIRA, A.R.D.; GUIDOTTI, V. **Educação de Jovens e Adultos**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. 9788595020535. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595020535/>. Acesso em: 18 Aug 2021

YIN RK. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Trad. María Encarnación Moya. 2.<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, 2011

VEIGA, Ilma Passos A. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papyrus, 1989.  
Disponível em:  
[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251637/1/Veiga\\_IlmaPassosAlencastro\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251637/1/Veiga_IlmaPassosAlencastro_D.pdf)

ZITKOSKI, J.J.; STRECK, D.R.; REDIN, E. **Dicionário Paulo Freire**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Autêntica, 2008. 9788582178089. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178089/>. Acesso em: 02 Jul 2021